

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE MAIO DE 2007

NÚMERO 5.731

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1747
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 044ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 29/05/20072
Ata da 013ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 29/05/200713

Atos da Mesa

Ato da Mesa DI.....18
Ato da Mesa18

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....20
Aviso de Licitação.....20
Extrato.....20
Ofício.....21
Projeto de Decreto Legislativo
.....21
Projetos de Lei.....21
Redações Finais.....24

PLENÁRIO

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO RENATO HINNIG - Manifesta-se sobre a reforma política em debate no Congresso Nacional.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Lança a idéia de uma frente parlamentar catarinense para discutir a reforma política.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Concorde com a idéia da frente parlamentar para discutir a reforma política.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Artenício Mattia e de acompanhantes do município de Celso Ramos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Aborda audiência pública realizada em Joinville a respeito da formação profissional naquele município e em Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Aborda a audiência pública realizada em Joinville sobre os cursos profissionalizantes.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Refere-se à audiência pública realizada em Joinville sobre os cursos profissionalizantes.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (pela ordem) - Registra a presença das senhoras da Associação Cristã da Fazenda, de Itajaí.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença do vereador Gelson Bento e do vice-presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Comenta sua participação na Conferência da União dos Legislativos Estaduais, em Porto Alegre; aborda a audiência pública com o secretário Sérgio Rodrigues Alves para discussão do Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se à necessidade da reforma política e da transparência na aplicação do dinheiro público.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Comenta sua participação no Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil, em Belo Horizonte.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza o deputado Rogério Mendonça por sua participação no Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Parabeniza o deputado Rogério Mendonça por sua participação no Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Refere-se à audiência pública com a presença do secretário da Fazenda Sérgio Rodrigues Alves.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Reporta-se à audiência pública com a presença do secretário da Fazenda Sérgio Rodrigues Alves; comenta a corrupção em nível nacional.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Agradece a solidariedade recebida em função de determinação judicial de indisponibilidade de seus bens; lê resposta recebida do governador de Mato Grosso do Sul à moção de sua autoria sobre pensão vitalícia de ex-governador; refere-se às denúncias de desvio de dinheiro ao programa Luz para Todos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que no governo Fernando Henrique as denúncias de corrupção não eram apuradas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda sua visita ao extremo oeste para conversar com os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; refere-se às manifestações de protesto ao aumento das tarifas do transporte coletivo; registra o início de três cursos de praças no Centro de Ensino da Polícia Militar.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença da prefeita e do vice-prefeito do município de Bom Jesus.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Repudia a atitude do presidente Hugo Chávez de fechar canal de televisão na Venezuela.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Comenta o fechamento do canal de televisão na Venezuela.

DEPUTADO GELSON MERÍLIO - Refere-se ao encontro em Paris para entrega da certificação de estado livre da febre aftosa para Santa Catarina.

Ordem do Dia

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Registra a presença dos vereadores José Nardelli e Osnildo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Manifesta voto contrário ao PL n. 0002/2007, que altera o dispositivo da Lei Complementar n. 302 que trata do serviço auxiliar temporário da Polícia Militar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Refere-se ao PL n. 0006/2007, que altera a Lei n. 6.218, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Encaminha voto favorável à Mensagem n. 0098/2007, que dispõe sobre o veto parcial ao PLC n. 0018/2007, que dispõe sobre o corpo temporário de inativos da Segurança Pública no estado.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Manifesta voto favorável à Mensagem de Veto n. 0098/2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Manifesta voto pela derrubada do veto parcial ao PLC n. 0007/2007, que dispõe sobre a organização do Deinfra.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Manifesta voto pela derrubada do veto parcial ao PLC n. 0007/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha voto pela derrubada do veto parcial ao PLC n. 0007/2007.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Encaminha voto pela derrubada do veto parcial ao PLC n. 0007/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, ocupo a tribuna no dia de hoje para trazer informações sobre o que foi discutido na reunião da Unale acontecida na última

semana, na quarta, quinta e sexta-feiras, em Porto Alegre, de que participamos juntamente com a deputada Odete de Jesus e com os deputados Romildo Titon e Joares Ponticelli e onde importantes temas foram discutidos. Trago aqui para reflexão dos nobres colegas uma questão importantíssima e que, a partir desta semana, começa a tramitar no Congresso Nacional. Trata-se da reforma política, uma lei que vai mexer com todo o regramento político dos partidos. E as informações que foram transmitidas pelo deputado Ibsen Pinheiro, pela deputada Luiza Erundina, pelo presidente do PCdoB, Renato Rebelo, e pelo ex-deputado e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Victor Faccioni, leva-nos a trazer algumas preocupações que merecem a nossa atenção.

Restou bem claro que a reforma política vai andar, e aquilo que depender de alterações na lei ordinária - quatro itens, para ser mais preciso - vai passar por uma discussão. E existe um sentimento colocado pelos palestrantes de que é dessa forma que é a tendência de comportamento dos deputados federais. São eles: a implantação da federação de partidos, o que implicaria numa vedação das coligações partidárias, como acontece, hoje, para as eleições proporcionais - seria ainda mantida a coligação para as eleições majoritárias; financiamento público de campanha. Também existe um certo consenso entre os parlamentares de que essa deverá ser a nova regra de financiamento das campanhas. Mas para que isso funcione, fala-se do estabelecimento - e só é possível dessa forma - de uma lista pré-ordenada, que vai ser formulada no âmbito dos partidos políticos.

E essa é uma situação que merece ser mais debatida, que merece ser alvo das nossas preocupações porque, se não tomarmos cuidado, nós vamos ficar sujeitos a ditadura partidária. E aqueles que comandarem os partidos é que vão ditar as regras.

Por isso é que temos que ter atenção. E nós, parlamentares estaduais, bem como os vereadores dos municípios de Santa Catarina, precisamos estar atentos a essa proposta e envolver-nos o quanto pudermos.

Também o fim da fidelidade partidária. E, no atual momento que vivemos, isso demonstra uma assertiva porque nós temos que encontrar um caminho para acabar com as negociatas que acontecem na hora da troca dos partidos.

Foi levantado lá também que há uma outra questão importante, só que essa depende de uma emenda à Constituição, que é a revogação da medida provisória. Porque do jeito que está, os Legislativos acabam sendo atropelados pelos chefes do Poder Executivo, com as constantes edições de medidas provisórias.

Nesse sentido, foi colocado como uma das propostas, que cada Legislativo Estadual passe, a partir desta semana, a construir a formação de uma Frente Parlamentar nos estados para se discutir a reforma política, com a participação popular, através das entidades organizadas.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Renato Hinnig, a reforma política é um assunto que é do Congresso Nacional, mas que afeta a política do país inteiro e todos aqueles que se propõem a ser eleitos e que o são. Ela é pouco clara nesse momento e é muito difícil as pessoas falarem a respeito. E quem vai tomar a decisão da lista? Para quem já está eleito, novas lideranças não vão poder surgir?

Penso, no momento político que nós vivemos, como vai chegar isso para a sociedade? Como a sociedade vai interpretá-la? Será que a lista é a perpetuação das pessoas que já estão, não deixando outras entrarem na política.

Isso é uma coisa a ser discutida e v.exa. levanta aqui este assunto. Pode beneficiar "a" ou "b", mas não vamos discutir a quem beneficiará? Como será entendido? Como será o processo? Será que o processo vai ser de exclusão? As pessoas poderão pensar que podem ser também deputados, que podem ser vereadores.

Este assunto que v.exa. levanta aqui dentro deste plenário tem que ser melhor debatido. E acho que nós, deputados representantes do estado de Santa Catarina, também temos de fazer a nossa manifestação e ter as nossas opiniões, e que cheguem também ao Congresso Nacional.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Elizeu Mattos, agradeço o seu aparte e reforço o pedido para que nós, parlamentares de Santa Catarina, tenhamos preocupação com isso. E vamos fazer aqui um debate, criando, quem sabe, uma frente parlamentar para discutir essa questão da reforma tributária, sobretudo esse problema da lista, e também envolvendo as entidades não-governamentais devidamente organizadas.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Grando, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Deputado Professor Grando - Realmente a questão da lista está associada ao financiamento de campanha. No modelo que está, não pode haver financiamento público de campanha. Por isso tem que mudar. E uma das mudanças que poderá ocorrer para ter o financiamento público de campanha é o que se chama lista de candidatos ou cabeça de lista, que é enviada antes das eleições.

Por outro lado, reforço a questão partidária. Mesmo na Europa, faz-se eleição e escolhem-se os candidatos depois da eleição, porque isso pertence ao partido. Se o partido fez 10% dos votos, ele vai nomear 10% dos deputados nacionais. No momento em que ele quiser trocar, ele troca. Lá realmente o mandato pertence ao partido, que é outra discussão que temos que travar.

Mas gostaria de apoiar a idéia de v.exa. de fazer uma frente parlamentar para discutirmos melhor e informarmos a população sobre o que se está pretendendo e o que se quer com essa reforma política.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Obrigado, deputado Professor Grando.

Eu trouxe a Carta de Porto Alegre, que foi elaborada após todas as discussões. Depois vou pedir à Mesa que a multiplique para que todos os colegas tomem conhecimento e para que, a partir

desta semana, esse assunto passe a fazer parte da nossa agenda de preocupações.

Antes de encerrar, gostaria também, sr. presidente, de trazer aqui uma iniciativa, que achei muito importante, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: lá existe um espaço denominado A Casa do Vereador, que possui uma estrutura mínima para fazer aquele atendimento aos vereadores que sempre procuram a Casa Legislativa no sentido de apoiá-los e para prestar informações a respeito de inconstitucionalidade de projetos de lei, de dúvidas a respeito da legislação e para que eles tenham um local adequado para fazer as suas reuniões, os seus encontros, as suas discussões.

Esta foi uma idéia que achei bastante interessante e trouxe de lá toda a tramitação e gostaria de submeter a sua...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero aqui registrar a presença do vereador Artenício Mattia e de acompanhantes, do município de Celso Ramos, onde, nos próximos dias, haverá a Festa da Cana, já lançada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais presentes, eu não poderia deixar de fazer um relato sobre a excepcional audiência pública realizada pelas comissões de Educação, Cultura e Desporto, deputado Pedro Uczai, e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo nobre deputado Silvio Dreveck, que se fez presente, que se pronunciou e que mobilizou também importantes lideranças da vizinha cidade de São Bento do Sul.

Deputado José Natal, ontem à noite realizamos, em Joinville, uma audiência pública na sede da Câmara Municipal. E aqui faço um parêntese para saudar o nobre presidente daquela Casa, da maior Câmara de Santa Catarina, o vereador Fábio Alexandre Dalonso, uma jovem liderança política do norte do estado, que está presente nesta sessão, acompanhado do vice-presidente daquela Casa, delegado de polícia e vereador Zulmar Valverde.

Nós reunimos, ontem, em Joinville, aproximadamente 400 lideranças, estudantes, as forças vivas daquela cidade que representam os setores educacional, empresarial e comunitário, que se fizeram presentes para debater a questão da formação profissional em Joinville e em Santa Catarina.

Conseguimos tirar algumas propostas que foram apresentadas pelos participantes da nossa audiência pública, propostas fundamentais, deputado Silvio Dreveck, e importantes que foram colocadas pelos nossos diretores, por lideranças comunitárias. Por exemplo, o

professor Roque Antônio Mattei, da Escola Técnica Tupy, da Sociesc, propõe que venhamos a implementar ações para que façamos parcerias público-privadas aproveitando a estrutura privada de ensino que existe em Santa Catarina para dar mais acesso aos jovens, principalmente aos jovens de baixa renda.

Isso é importante e fundamental porque sabemos que para construir uma escola pública precisamos de muitos recursos, e o governo federal vai construir mais sete em Santa Catarina - e está de parabéns nesse particular. Mas se nós conseguirmos, deputado Elizeu Mattos, alocar os recursos para, quem sabe, fazer um ProUni de nível médio para a formação profissional, teremos condições de atender mais jovens em Santa Catarina.

Foram dezenas de sugestões e de propostas apresentadas no sentido de possibilitarmos aos jovens acesso à formação profissional. E qual é o grande problema que os jovens enfrentam? A grande dificuldade é o primeiro emprego, que é o sonho de todos os jovens. E o primeiro emprego pode ser facilitado, pode ser consolidado, se os nossos jovens tiverem uma formação profissional adequada, se tiverem uma formação profissional exigida pelo mercado para que eles possam adentrar ao mercado de trabalho. Ou para que aqueles que já estão possam manter-se no mercado de trabalho, deputado Pedro Uczai.

Na sociedade do conhecimento, precisamos formar os nossos jovens porque há 20, 30 anos, quando vivíamos o pleno emprego, as empresas exigiam tão-somente a força, a disposição. Hoje, não! Hoje é preciso ter disposição, motivação, mas, fundamentalmente, é preciso ter conhecimento para poder ocupar os postos de trabalho sustentáveis do nosso terceiro milênio.

Portanto, sr. presidente, estou muito satisfeito com a participação do presidente da comissão de Economia, deputado Silvio Dreveck, porque proporcionamos o debate. E esta é uma das tarefas das nossas comissões: proporcionar o debate, a discussão e buscar sugestões para que possamos conjugar forças de todas as categorias, principalmente do poder público, para podermos dar acesso aos nossos jovens.

Vejam os dados: em Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck, que é tido como um dos estados mais desenvolvidos do nosso país, temos somente, deputado Pedro Uczai, 2% dos nossos jovens em escolas técnicas. Este é um índice lamentável, e nesse momento não cabe procurarmos os culpados, porque todos nós temos que fazer uma *mea culpa* e buscar alternativas, formas e meios de investir mais recursos nas nossas escolas, sejam públicas, ou através de parcerias, sejam privadas, para que os nossos jovens tenham uma formação adequada para buscar um espaço no mercado de trabalho ou para criar o seu próprio negócio e transformarem-se em empreendedores, aquecendo a economia e gerando mais postos de trabalho.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Darci de Matos, agradeço a concessão do aparte.

Acho que esse é um assunto bastante pertinente para discussão, pois para nós, catarinenses, quanto mais vier para o estado melhor. E vale aqui ressaltar essa iniciativa de criar os Cefets nas regiões. Para a região da serra catarinense há uma unidade programada para o município de Urupema e outra para o município de Lages.

Eu não questiono a criação dos Cefets, mas penso que na escolha do terreno, num município como Lages, deputado Silvio Dreveck - e gostaria de ter estado presente ontem, mas acabei não ficando em Joinville - poderíamos ocupar o que já temos, que também é público, como os Cedups, e melhorarmos em tecnologia. Não tirando o mérito dos Cefets, acho que poderíamos melhorar os equipamentos e a tecnologia daquilo que já temos construído, pois são colégios bem localizados nas nossas regiões.

Essa é uma idéia, ou seja, que poderíamos avançar nessa parceria dos colégios públicos estaduais com os públicos federais, enfim, todos os colégios públicos. E com aqueles recursos que iríamos construir mais uma edificação, comprar terreno ou fazer locação, poderíamos investir na escola pública profissionalizante e melhorar sua qualidade.

Esta não é uma crítica, mas, sim, uma idéia que coloco em cima daquilo que já temos.

Srs. deputados, uma outra coisa é que nós temos que começar a estudar o custo de um aluno da escola pública, tanto profissionalizante, quanto de 3º grau; e também o custo de nos associarmos e fazermos parcerias com as entidades já existentes para a formação dos nossos alunos. Com certeza, vamos ter aí um décimo do valor do financiamento e muito mais pessoas poderiam estudar.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Darci de Matos, serei bastante breve.

Quero apenas contribuir dizendo a v.exa. que nós conseguimos, ontem em Joinville, pelo menos um diagnóstico da necessidade de avançar nos cursos profissionalizantes, independentemente será o Cefet, o estado ou a iniciativa privada. O importante é que nós detectamos, conforme v.exa. citou, que apenas 2% dos jovens fazem cursos profissionalizantes.

Então, acredito que a partir dessa audiência pública poderemos avançar e estudar novas propostas.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Silvio Dreveck, e obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Obrigado, sr. presidente, quero, a exemplo do que aconteceu nesta Casa na semana passada, registrar a presença de um grupo de senhoras da minha querida cidade de

Itajai, da Associação Cristã da Fazenda, denominado Raio do Sol. São pessoas que muito contribuíram para o crescimento da nossa cidade e hoje visitam o nosso Parlamento para conhecer e para levar daqui a imagem de tudo aquilo que nós realizamos.

Sejam todas bem-vindas. Vocês nos orgulham muito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam todas muito bem-vindas à Assembléia Legislativa!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Obrigado, sr. presidente.

Peço desculpas à nobre deputada Odete de Jesus, mas só quero registrar a presença nesta Casa do meu grande amigo Gelson Bento, vereador de Tubarão, e do vice-presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi, a Cergal, de Tubarão.

Seja bem-vindo, Gelson! Fique à vontade e muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Seja bem-vindo!

Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nosso amigo, deputado Julio Garcia; demais integrantes da mesa, sra. deputada, srs. deputados, plateia que nos honra com a sua presença e que aqui comparece para se inteirar do nosso trabalho parlamentar, amigos telespectadores que nos têm acompanhado, estivemos em Porto Alegre na Conferência da União dos Legislativos Estaduais, por determinação da Presidência, que nos escolheu como titular para fazer parte da Unale, assim como o deputado Romildo Titon.

Quero agradecer ao sr. presidente por essa escolha e dizer que quando estive em Porto Alegre, procurei representar da melhor maneira possível este Parlamento. E as pessoas comentavam que acompanham o nosso trabalho na nossa Assembléia Legislativa, deputado Professor Grandó, pois elas também estão atentas ao trabalho deste Parlamento.

Sr. presidente, o homem público ou a mulher pública que se dispõe a colocar o seu nome para concorrer a um cargo eletivo é uma pessoa que deve estar preparada para enfrentar e também rejeitar certas situações. Essa pessoa eleita pelo voto, diplomada, deve estar apta para atender aos anseios da população, daqueles que a elegeram e também para rejeitar certas situações que desonram seu nome, porque é muito difícil trabalhar, atuar como parlamentar, pois devemos recusar certas situações que colocam nosso nome na lama. E devemos responder aos pleitos, interceder, fazer indicações ao chefe do Executivo, cobrar e fiscalizar. É o nosso papel, o nosso trabalho do dia-a-dia e nós, como parlamentares, não podemos ficar omissos.

Por isso, se algum dia encontrar alguma coisa que não estiver no seu devido lugar, virei a esta tribuna para denunciar. Essa pessoa a qual estou me referindo, o parlamentar, deve estar

envolvida em ajudar a população. O homem público que se dispõe a esse papel, está aqui para contribuir com a população e não para amargar a vida do povo. Ele deve trazer melhorias e qualidade de vida para que as pessoas possam alimentar-se melhor, trabalhar dignamente, morar bem, viver bem e quando estiverem em uma situação de emergência e precisarem ir a um hospital, que possam ser muito bem atendidas. E por isso existe a Cartilha dos Direitos do Paciente, lei de minha autoria, que eu vou cobrar. Além disso, as crianças e os jovens devem ter qualidade de ensino e também proteção através da Segurança Pública.

Ontem acompanhei de longe, na avenida Beira-Mar Norte, a manifestação dos estudantes. Os estudantes são nota dez! É isso mesmo! Eles devem lutar pelos seus direitos! E fiquei observando, deputado Sargento Amauri Soares, todos os policiais fazendo uma barreira, porque se eu visse algum policial batendo naqueles jovens, eu iria registrar. Mas eu não vi. Eles cuidaram da situação pacificamente porque os alunos têm direito de se manifestar. Afinal de contas, eles querem estudar e é uma obrigação nossa cobrar do poder público para que esses alunos tenham acesso e isso depende de negociação. Existem pais de família que vivem de um salário mínimo e têm que colocar o feijão na mesa, têm que comprar o material do aluno e pagar faculdade. Como é que eles podem sobreviver, meu Deus!? Não há condição! E as passagens dos ônibus estão cada vez mais caras! Mas esse é um assunto sobre o qual vou voltar a comentar, pois quero defender os alunos. Como professora defendo os alunos, defendo aqueles que têm interesse em se aperfeiçoar cada vez mais.

Sr. presidente, hoje nós tivemos nesta Casa Legislativa a presença do secretário de estado da Fazenda, sr. Sérgio Rodrigues Alves, que aqui compareceu por solicitação do brilhante deputado Décio Góes. Ouvimos atentamente sua palavra e fizemos muitos questionamentos sobre as viagens que faremos, sobre os 15 dias em que estaremos com o pé na estrada, indo aos municípios para elaborar o Orçamento Regionalizado. Também fizemos uma pergunta ao sr. secretário, já que sabemos que a coberta - e já nem digo mais cobertor - é curtiinha. Perguntei se o sr. governador do estado vai atender os pleitos da população do interior e se os secretários regionais também terão recursos para desenvolver o seu trabalho.

O deputado José Natal estava presente e os demais parlamentares nos acompanharam nessa audiência pública, presidida pelo deputado Jorginho Mello. E vou voltar a falar sobre estas questões em outro momento.

Mas quero justificar a minha falta, sr. presidente, nas sessões de quarta e quinta-feiras, porque esta deputada estava em Porto Alegre, representando este Poder e participando da grande conferência da Unale - União dos Legislativos Estaduais e acompanhando a eleição da nova Presidência. O deputado Liberman Moreno deixou o cargo de presidente que passou a ser ocupado pelo deputado Alexandre Postal, do Rio Grande do Sul. Lá nós falamos muito, como o deputado que me antecedeu em primeiro lugar salientou, sobre a reforma política. Eu concordo com o deputado de nós, os parlamentares, criarmos

uma frente parlamentar para discutirmos sobre a reforma política que querem aprovar dentro de 15 dias. Mas eu não acredito que será rápido assim, porque existem muitas questões sobre o voto distrital, sobre o financiamento público de campanhas e sobre a lista fechada e assim por diante, que precisam ser discutidas.

Então, seria muito importante participarmos dessa frente parlamentar para podermos dar nossas opiniões, porque na Carta de Porto Alegre nós ajudamos muito com as nossas colocações e ela será levada ao Congresso Nacional.

Muito obrigada, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaró) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e amigos que nos assistem pela TVAL, nesses últimos dias estamos acompanhando fatos que chocam a nossa sociedade, e que refletem um pouco a realidade política do nosso país, principalmente sobre o importante papel que a nossa Polícia Federal está exercendo, levantando e buscando informações, principalmente na aplicação do dinheiro público.

Srs. deputados, isso tudo levanta vários questionamentos sobre como, no nosso país, podemos melhorar a aplicação, o controle e a fiscalização do dinheiro público quando se fala dos órgãos públicos, seja do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, como também da iniciativa privada e da própria população. Como é que a população se posiciona em momentos como esse? E como a população se posiciona em momentos de campanhas eleitorais?

Deputado Jailson Lima, acredito que a corrupção em nosso país não vem só dos políticos, ela já é um problema que está dentro da nossa sociedade, dentro das instituições, sejam públicas ou privadas, porque sempre se dá um jeitinho. E estamos vendo essas questões principalmente em nível nacional, mas também em nosso estado, como no problema da chamada Operação Moeda Verde e tantos outros esquemas que a Polícia Federal está levantando e a imprensa divulgando. Nós estivemos conversando ontem, deputado Pedro Uczai, sobre uma questão central que favorece até esses esquemas de corrupção, que são as emendas parlamentares que, por sinal, com o aumento da arrecadação do governo federal, as emendas federais também vêm aumentando.

Deputado Renato Hinnig, v. exa. levantou a questão da reforma política e com certeza é uma questão urgente, porque este também é um problema do processo, do sistema eleitoral e do financiamento das campanhas eleitorais do nosso país. Ontem inclusive tivemos o depoimento do presidente do Senado, que está com seu nome envolvido nesta última denúncia, como também de altas lideranças envolvidas, inclusive um ministro. Então, estamos discutindo uma nova perspectiva eleitoral no país, uma reforma política. Entendo, deputado Sargento Amauri Soares, que o problema da transparência do dinheiro público é uma questão central para diminuirmos a corrupção em nosso país. Na minha avaliação, onde há transparência e a população acompanha de perto a aplicação do dinheiro público, a corrupção diminui. Este é um dos debates que esta Casa precisa fazer aqui em Santa Catarina.

Srs. deputados, ontem tivemos um fato importante para o nosso estado que foi a discussão da aplicação dos recursos públicos em Santa Catarina, da apresentação das contas pelo Tribunal de Contas a toda sociedade catarinense. E queremos deixar clara a situação que em muitos momentos nós já trouxemos para esta tribuna, inclusive sobre algumas ressalvas que os próprios juizes colocam para este estado, como o nosso próprio Tribunal de Contas coloca para nós, parlamentares. E vamos ter que discutir mais sobre essas questões centrais aqui nesta Casa.

Nós acompanhamos uma situação extremamente complicada, numa política em que se aprovou aqui o tal chamado Fundo Social. A sociedade e nós parlamentares temos uma grande dificuldade em acompanhar a aplicação do dinheiro público. Nós assistimos, por exemplo, a situação das isenções fiscais de R\$ 2,3 bilhões no estado de Santa Catarina, ou seja, 26% da arrecadação do estado foram para isenções fiscais. Isso preocupa porque como nós vamos - e aí eu coloco essa questão para a sociedade catarinense - acompanhar mais de perto essa aplicação dos recursos?

Há uma questão nacional diferente, pois os deputados federais de todos os partidos têm, igualmente, direito de apresentar emendas ao Orçamento até o valor, se não me engano, hoje, em torno de R\$ 6 milhões por deputado federal. No tocante ao Fundo Social, o dinheiro público é gerenciado por um conselho político indicado pelo governador, que destina os recursos a seu bel-prazer dos deputados da base do governo.

Há um espaço propício e a nossa bancada, inclusive, no mandato passado, já propôs aqui, junto com deputados de Oposição, a criação de uma CPI para tratar sobre esse assunto, porque isso para nós é um problema sério e abre um precedente claro para que nós, no estado de Santa Catarina, como também em nível nacional, venhamos a abrir um caminho para esquemas de mau uso do dinheiro público.

Então, fico muito preocupado com isso, porque um estado - e eu sempre defendo isso - forte deve ter isenção fiscal, principalmente para setores da economia que não tiveram oportunidades. Então, eu estou defendendo, nesta Casa, isenções fiscais, sim, para a agricultura familiar, para a micro e pequena empresa e para os trabalhadores.

Nós estamos, deputado Pedro Baldissera, com uma dificuldade de investimento neste estado. Somente 51% dos recursos previstos no art. 170, por exemplo, são aplicados em bolsas - e esse é um direito dos estudantes - e isso dificulta os nossos alunos de conseguirem uma bolsa de estudos. Temos o problema de investimento na agricultura familiar, assunto sobre o qual eu venho discutindo em vários momentos nesta Casa; temos a questão da saúde, dos nossos hospitais; temos a questão da segurança pública e, inclusive, na reforma administrativa foi aprovado um artigo, o 175, que diz que o estado cancela as dívidas com os fundos.

Preocupa-me, sr. presidente e srs. deputados, se os fundos de pesquisa, se os fundos agropecuários vão ser zerados, pois esta informação eu ainda não tive, ou seja, se o governo vai honrar os compromissos com os fundos. Se isso acontecer, por exemplo, com a segurança pública, serão grandes as conseqüências, na minha avaliação.

Ontem, neste Parlamento, discutiu-se com a juventude novamente a redução da maioridade penal. Querem resolver o problema da violência com mais presídios, quando não se investe em educação, em agricultura, em desenvolvimento dos municípios.

Então, de fato, ficamos muito preocupados com essas coisas. No que tange à habitação, por exemplo, foram construídas 544 casas, ou seja, apenas 46% do que foi construído no ano anterior. Este é o resultado desses mais de R\$ 2,3 bilhões de isenções que acabam não indo para o caixa do estado: o governo começa a ficar com dificuldade de investimento em áreas sociais. E isso foi reconhecido, inclusive, pelo Tribunal de Contas do Estado e pela sociedade catarinense.

O estado precisa de fato cobrar de quem mais tem e distribuir esses recursos em políticas públicas para quem mais precisa. E ao que tudo indica, aqui está ocorrendo justamente o contrário: setores da economia e pessoas que não precisariam dessa isenção tão grande, estão recebendo, e a população, que necessita de educação, de segurança, de políticas agrícolas, está sofrendo o desfecho desse processo que se constrói aqui em Santa Catarina.

Então, nós precisamos, sim, de uma reforma política, precisamos, sim, de democratização para o nosso estado, para que a sociedade possa de fato acompanhar cada vez mais, a partir da transparência, da fiscalização, do Orçamento Regionalizado, as políticas públicas do governo, deputado Silvio Dreveck. Vamos discutir e colocar toda a estrutura desta Casa à disposição do Orçamento Regionalizado, pois no ano passado foram aplicados somente 16% dos recursos por ele aprovados.

Sr. presidente e srs. deputados, de fato precisamos fazer política com seriedade, com compromisso e não fazer de conta que a população participa.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao partido Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado ao PMDB.

Com a palavra o deputado Rogério Mendonça, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Clésio Salvaro, sras. deputadas, srs. deputados, vou falar hoje, no espaço do meu partido, o PMDB, sobre o encontro que participei do Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil, na última sexta-feira, em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde tive o privilégio de representar o presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, que não pôde se fazer presente.

Em Minas Gerais tivemos uma belíssima recepção. Nesse encontro estava presente a grande maioria dos presidentes do Legislativo brasileiro,

sendo que os debates nessa reunião foram de toda ordem e muito acalorados em determinados pontos, até porque foram tratados temas divergentes, pois as regiões sul, norte e sudeste do Brasil vivem situações diferentes.

Nessa ocasião, deputado Dirceu Dresch, foi elaborada a Carta de Minas, tendo como base todas as discussões que lá foram feitas, a base que fundamenta esta carta assinada por todos os presidentes da grande maioria das Assembléias Legislativas do Brasil, o novo pacto federativo e também o fortalecimento do Poder Legislativo.

Então, o novo pacto federativo, a melhor distribuição das receitas, os estados e os municípios foram realmente os temas da grande discussão feita lá em Minas Gerais.

Fomos recebidos também, deputada Ada De Luca, pelo governador de Minas Gerais Aécio Neves, no Palácio da Liberdade, para um almoço, inclusive lá deixei externado o abraço de toda a bancada do PMDB. Falei com o governador sobre o que se comenta no Brasil a respeito de seu possível ingresso no PMDB. Ele disse que existe esta possibilidade, até porque já foi do PMDB, como o seu avô Tancredo Neves.

Mas nesse almoço o governador Aécio Neves advertiu sobre os rumos que estão sendo dados para a revogação da nossa República, mediante a continuada concentração de receitas tributárias. Disse ele também que a perda de autonomia financeira de estados e municípios limita a iniciativa e a ação administrativa regional e aumenta a dependência política dos entes federados com o poder central.

Ele disse mais ainda, ou seja, que precisamos urgentemente fazer uma revisão no pacto federativo, sob pena de destruição total de nossas mais elementares autonomias, bem como de nossa anulação total como ente federativo. Inclusive foram colocados nessa reunião de presidentes das Assembléias Legislativas dados do Ministério da Fazenda que revelam que a partir do ano de 1989, um ano após a promulgação da nossa Constituição cidadã de 1988, até o ano 2006, as receitas federais tiveram um crescimento de 10%, aproximadamente, sendo que em igual período os estados e municípios tiveram uma queda de 25% no bolo tributário.

Eu tenho acompanhado, eu, que fui prefeito e agora sou deputado, que ao ano estão sendo repassadas responsabilidades para os municípios, para os estados, sendo que não está havendo o devido repasse dos recursos para essas responsabilidades.

A carta de Minas Gerais do colegiado de presidentes propõe, nos seus principais pontos, pontos esses que elaboramos e assinamos, o seguinte:

1º - reformar o estado pela reavaliação de competências e atribuições dos entes federados;

2º - promover a reforma fiscal e política.

Aliás, a reforma política, que eu acompanhava pela TV Câmara, está sendo discutida hoje. E nesta semana é possível também que alguns pontos dessa reforma sejam votados.

Portanto, serão destinados mais recursos para estados e municípios e menos centralização por parte da União.

3º - Fortalecer o Poder Legislativo, até porque em muitos estados, muitos presidentes de Assembléias Legislativas deram depoimentos de que estão sendo meros homologatórios do Executivo, perdendo, cada vez mais, prerrogativas. Daqui a pouco, como foi citado por muitos, os deputados, os legisladores estaduais estarão nas Casas Legislativas legislando sobre nomes de rodovias, utilidade pública, indicações, moções e requerimentos.

Inclusive foi citado um exemplo do Rio Grande do Norte, em que um só parlamentar, deputada Ada De Luca, fez 160 requerimentos no mesmo período e todos eles parabenizando o padeiro pelo bom pão; o farmacêutico pelo bom atendimento; o agricultor pelo seu trabalho na agricultura, etc. Enfim, foram 160 requerimentos e praticamente poucos projetos de importância para o seu estado.

No Ceará, houve um outro depoimento do presidente do Legislativo dizendo que este ano entraram na Casa 130 projetos, só que a Procuradoria, ao analisar esses projetos, chegou à conclusão de que desses 130 somente oito são possíveis de continuar a sua tramitação constitucional e todos os demais são inconstitucionais, não podendo ser avaliados pelos legisladores estaduais. Até o ICMS agora deverá passar para o Congresso tirando a responsabilidade dos legisladores estaduais.

4º - destinação de 20% da arrecadação do CPMF para os estados e 10% para os municípios.

5º - aumento da parcela da Cide, imposto sobre combustíveis, para estados e municípios de 29%, que é o atual, para 46%.

6º - devolução da caução de R\$ 2 bilhões dados pelos estados à União em 1996, para renegociação do contrato da dívida externa.

Em síntese, a Carta de Minas Gerais prega a construção de uma nação moderna e apta a enfrentar os desafios da globalização, com base em uma relação mais harmônica e equilibrada entre os entes federativos, nas instâncias federal, estadual e municipal.

A diretoria que tomou posse é a seguinte:

Presidente: Alberto Pinto Coelho, de Minas Gerais;

Primeiro vice-presidente: Themistocles Filho, do Piauí;

Segundo vice-presidente: Belarmino Lins, do Amazonas;

Tesoureiro: Nelson Justus, do Paraná;

Secretário: Jardel Sebba, de Goiás.

Por fim, ficou definido que o próximo encontro entre todos os presidentes de Legislativos deste Brasil será realizado no dia 12 de julho no estado do Espírito Santo.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Rogério Mendonça, parabéns a v.exa. por ter ido a esse encontro em Belo Horizonte e por ter trazido para o nosso público um relatório tão maravilhoso. Todos nós estamos defendendo, como o nosso governador Luiz Henrique da Silveira, o pacto federativo que é a saída para o nosso país. Parabéns a v.exa. por esse relatório tão preciso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputada. Lá em Minas Gerais eu fiz questão de dizer que basicamente essas idéias levadas pelos presidentes dos Legislativos brasileiros são bandeiras defendidas pelo nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Agradeço a v.exa. pela concessão do aparte.

Quero parabenizar v.exa. pelo feito realizado em Minas Gerais, representando este Poder na semana passada, e dizer ao nobre companheiro que o PSDB é isso mesmo que acabou de assistir em Minas Gerais. E formulo aqui um convite ao nobre amigo deputado para ingressar nessa fileira do PSDB, se o Aécio Neves não aceitar o convite de v.exa. Mas o PSDB do estado o convida para isso. Parabéns por representar esta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, eu gostaria, neste tempo que resta ao nosso partido, de fazer uma breve menção à audiência pública realizada hoje, pela manhã, na Assembléia Legislativa, nas dependências do plenarinho, no âmbito da comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello, na qual compareceu o secretário de estado da Fazenda Sérgio Rodrigues Alves, que veio fazer uma exposição sobre o desempenho da gestão pública estadual e as metas fiscais empreendidas ao longo do primeiro quadrimestre deste ano de 2007.

Diversos deputados participaram da audiência pública, alguns durante todo o tempo, outros por um período mais restrito. No entanto, quero louvar, em primeiro lugar, a transparência, a forma didática com que o secretário trouxe a sua exposição, apresentando os dados, alguns extremamente auspiciosos, como o superávit de R\$ 413 milhões alcançados neste período, que é algo inédito ao longo da recente história política administrativa de Santa Catarina.

Depois o sr. secretário colocou-se à disposição dos srs. deputados e vários deles vieram e fizeram uma série de indagações, todas ao meu ver respondidas à medida das possibilidades.

Aqui é importante registrar a honestidade e a humildade do secretário em reconhecer que há necessidade de investimentos massivos na área da Saúde e da Segurança, tendo em vista que se constituem, e nós sabemos disso, em duas demandas sociais cada vez mais recorrentes. E agora será feito todo um esforço, inclusive transcendendo ao âmbito da secretaria de estado da Fazenda, passando pelo chamado comitê gestor da administração pública estadual, integrado, além do secretário da Fazenda, pelos secretários da Administração, do Planejamento e da Coordenação e Articulação, sob o comando do governador e do vice-governador, que vão buscar encontrar alternativas, meios e modos para potencializar recursos que precisam realmente ser investidos nessas duas áreas básicas: Saúde e Segurança Pública.

Mas o que eu gostaria de deixar aqui assentado é que, no período de uma hora em que pude comparecer naquela audiência pública, saí convencido de algumas verdades.

A primeira delas, de que as finanças do estado estão entregues em mãos competentes e honradas de um empresário que largou a sua fábrica em Joinville, atendendo a um convite, a uma convocação, a uma missão pública e vem a ela se entregando com denodo, com seriedade e com dedicação, que são dignos de nota.

Segundo, é que há uma recuperação crescente das finanças pelo aumento da arrecadação, pelo esforço que vem sendo empreendido no sentido de diminuir e racionalizar as despesas da máquina pública do estado.

De sorte que eu, como deputado - e confesso ser pouco conhecedor das tecnicidades deste setor - saí convencido dessas duas realidades: primeiro que temos um secretário competente e segundo de que as finanças públicas de Santa Catarina dão mostras de que vão encontrar uma situação bem mais favorável daqui para frente, quer pelo aumento da arrecadação de um lado, quer por outro lado com o esforço permanente para reduzir o dispêndio da máquina pública do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da TVAL e da Rádio Digital Alesc, também venho à tribuna nesta tarde me reportar à audiência pública realizada nesta manhã e solicitada pelo deputado Décio Góes. Estive presente no período integral, juntamente com alguns deputados, ouvindo da equipe de governo da secretaria da Fazenda um relato completo sobre a situação financeira do estado de Santa Catarina.

O deputado Décio Góes fez o requerimento solicitando esta audiência, porque no seu entendimento havia por parte do governo do estado - e isso ele constatou - um índice muito alto na renúncia de receita do governo. E muito brilhantemente, depois do deputado Décio Góes fazer as suas explanações - de oposição, mas de uma forma muito elegante, tenho que reconhecer -, logo em seguida o deputado Renato Hinnig que é conhecedor, é da área, também fez a sua explanação, justificando o porquê da renúncia de receita do governo do estado, o que não é uma coisa só do nosso governo, é uma coisa que lamentavelmente vem acontecendo em nível de país para os governos estaduais e municipais poderem manter algumas empresas que geram tributos e empregos ao mesmo tempo. A carga tributária desse país é uma enormidade e com certeza as empresas que hoje não têm por parte do governo algum tipo de incentivo não têm interesse em se instalar.

O deputado Dirceu Dresch, naquele momento levantou - com o que eu concordo - uma questão sobre a finalidade para a qual essas supostas renúncias de receita foram criadas e que elas não são, na sua totalidade, alicerçadas nos fins para os quais foram criadas, e que nós devemos - eu até concordo - esta Casa, através de srs. deputados, dar uma olhada nas leis que possibilitaram esses incentivos e se eles não estiverem surtindo efeito na sua totalidade, poderemos rever.

Mas volto a dizer, o secretário que aqui esteve, junto com a sua equipe, demonstrou que o governo do estado está no caminho certo e está fazendo uma administração com responsabilidade. Quando questionado ao secretário por que supostamente o governo estava parado, o que não é verdade, ele colocou, com muita certeza, com muita clareza e com muita seriedade para aquelas pessoas que ali estavam e para aqueles que estavam acompanhando, provavelmente através da TVAL, a nossa audiência pública. Nós somos sabedores de que a Lei de Responsabilidade Fiscal é um grande marco deste país, e que o administrador responsável tem que dar os seus passos perante a administração pública, pautado categoricamente naquilo que determina a lei.

O governo do estado pode não estar tocando novas obras, mas ele está dando continuidade àquelas que começaram no exercício passado, ou no começo deste ano, com tudo pautado dentro da legalidade, para respeitar todos os limites constitucionais que o governo tem que obedecer, através da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica aqui registrada a minha satisfação, como membro da comissão de Finanças e Tributação desta Casa, por ter o secretário, aqui, prestado os devidos esclarecimentos e pelos nossos amigos, de diversos partidos que participaram, terem feito algumas colocações no sentido de ajudar o secretário e o governo.

E vou dar um exemplo, novamente me referindo ao deputado Décio Góes, que foi quem solicitou aquela audiência, que tinha uma pauta de perguntas para serem feitas ao secretário, e ele disse ao deputado que não sabia se poderia responder todas naquele momento. O deputado, muito elegantemente, entregou ao mesmo as suas perguntas, para que ele, num futuro bem próximo, mande as respostas. Então é nesse sentido, é nessa linha que se faz política!

Quero agora, srs. deputados, entrar na questão que foi levantada, que é tema diário neste país, que é a corrupção que vem sendo, todo dia, escancarada em todos os níveis de imprensa, do governo federal e daqueles que compõem a Câmara Federal e o Senado da República. Lamentavelmente, cada vez mais a classe política cai no descrédito e com toda a certeza, com o que assistimos ontem a respeito do presidente do Senado da República, que para mim, até poucos dias era uma pessoa de uma índole inquestionável, que está envolvido em supostas situações de corrupção, ou em alguma coisa semelhante, que é um caso estarrecedor para a nação.

Gostaria de, da tribuna desta Casa, parabenizar a base dos deputados federais de Santa Catarina, os senadores do estado, que até o presente momento têm honrando o nosso estado, a classe política e os eleitores que lhes deram o voto, porque até hoje não mancharam o nome de nosso estado. Parabéns aos representantes de Santa Catarina na Câmara Federal e no Senado!

O nosso governo, o do Fernando Henrique, no passado, foi um governo que deixou uma marca, no meu entendimento, que até o presente momento continua, sem sombra de dúvida, dando o exemplo de como deve proceder um presidente da nossa Nação. Não que o presidente Lula esteja envolvido em tudo que é escândalo, em nível de governo federal, mas ele, no meu entendimento, deixa e deixou a desejar em muitas coisas que era ou que é sabedor.

O caso da Gautama com certeza não é um caso de agora do governo Lula, não vou dizer que é, mas quando supostamente tudo isso começou, antes de vir à imprensa, como se diz na linguagem popular: provavelmente algum buxixo aconteceu, o presidente não tomou providência, e teve que exonerar o seu ministro, numa situação completamente desagradável para o Brasil e para Santa Catarina.

Então volto a dizer que a marca deste país, por enquanto, no meu entendimento, ainda está com o PSDB, um partido governado por Fernando Henrique Cardoso, que deu a ele uma visão completamente diferente da administração pública moderna, o que não foi seguido pelo governo atual.

Lamentavelmente temos que conviver com isso, e nesse sentido toda classe política brasileira vai para a lama. Por quê? Porque quem é colocado para nos representar, muitas vezes trai a nossa confiança, trai a confiança da população brasileira, trai a consciência, especificamente daqueles eleitores que deram um voto para que para lá fossem, ou para que lá permanecessem.

Fica aqui, sr. presidente, o meu pronunciamento e volto a dizer ao nobre deputado Peninha que com certeza absoluta o PSDB é um partido que em nível de país deu muita alegria ao povo brasileiro e aqui em Santa Catarina também está trazendo muita alegria junto com o governador Luiz Henrique da Silveira.

Após o encerramento desse governo, que ainda falta muito tempo, muitos virão, depois de mim, e farão referência ao governador Luiz Henrique da Silveira, ao PSDB e ao vice-governador Leonel Pavan.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, houve um conflito de informações com a mesa no horário dos Partidos Políticos, pois achávamos que o nosso horário seria o último, e, pela ordem, foi o primeiro. Solicito aos srs. líderes, se concordarem, que possamos ter ainda, neste período, o nosso espaço reservado, uma vez que houve um equívoco de comunicação nossa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Não houve uma inversão, o horário era o primeiro. Mas consulto os srs. líderes se haveria problema, atendendo o requerimento verbal do deputado Gelson Merísio, de o DEM usar a palavra.

(As lideranças acquiescem.)

Com a concordância das lideranças, o DEM fará uso da palavra no último horário.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Primeiramente queremos cumprimentar o presidente da mesa, deputado Clésio Salvaro, os demais deputados e o nosso querido deputado Pedro Baldissera que hoje está de aniversário. Ele fugiu, não está aí o bolo, mas vai ter que trazer depois. Quero cumprimentar também o presidente do PT de Santa Terezinha que está aqui, o Lenoir Menegazzi.

Inicialmente quero fazer uso da palavra para agradecer a solidariedade que recebi no Alto Vale, deputado Peninha, em função da posição adotada pelo juiz da cidade pedindo a indisponibilidade dos meus bens, do Chavinho e de alguns secretários, dizendo que o trabalho que foi executado por uma cooperativa, a exemplo dos serviços prestados pela Unimed para o estado, foi um trabalho que gerou prejuízo aos cofres públicos, quando na realidade gerou economia e executou trabalhos.

Portanto, o nosso agradecimento aos companheiros que externaram a solidariedade e à imprensa, que nos tem aberto espaço. Inclusive hoje dei uma entrevista para a Rádio Eldorado, em Criciúma, porque lá também comentaram a matéria que saiu no *Diário Catarinense* e no *O Estado*. O jornal *Diário Catarinense* diz que a dívida, que o prejuízo que geramos foi de R\$ 44 mil, no entanto pediram indisponibilidade de todos os meus bens, do Chavinho e de secretários também.

Portanto, estamos muito tranquilos para esperar o parecer da defesa que faremos aqui na cidade de Florianópolis, numa segunda instância, mostrando a veracidade dos fatos.

Quero aproveitar também para convidar o povo do Alto Vale, porque amanhã estaremos fazendo uma audiência pública com a comissão de Legislação Participativa no auditório da Unidavi, onde estaremos debatendo a questão do nepotismo e da aposentadoria vitalícia dos ex-governadores.

E aqui nesta Casa, deputado Kennedy Nunes, apresentamos uma moção condenando, por uma questão de princípios, a questão de Mato do Grosso do Sul. Essa moção chegou a Mato Grosso do Sul, ao governador que é do PMDB, André Puccinelli, que mandou-me resposta, dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

"Cumprimentando-o, cordialmente, agradeço ao deputado Jailson Lima da Silva e aos demais Pares que compõem esse Legislativo Estadual, pela Moção de Repúdio concernente à aposentadoria do ex-governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT.

Saliento que o Estado de Mato Grosso do Sul, pautado nos princípios que norteiam a Administração Pública, tem tomado todas as medidas judiciais necessárias a fim de evitar essa benesse pessoal.

São atitudes como essa, demonstrada pela colenda Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que dão credibilidade ao homem público e o estimulam a prosseguir nos seus ideais e na luta por um Estado mais justo.

Atenciosamente

André Puccinelli

Governador do Estado"[sic]

Assinado pessoalmente por ele.

Vemos que a posição adotada pelo governador do Mato Grosso do Sul, do PMDB, coaduna com o que defendemos aqui nesta Casa para o estado de Santa Catarina, que é acabar com a benesse pessoal de governadores e ex-governadores que assumem um mandato por sete meses e se aposentam com um salário de mais de R\$ 22 mil. Coloco isso nitidamente para convidar o povo do Alto Vale e o povo catarinense para trilhar conosco esta caminhada.

Ainda há pouco o nosso companheiro Dirceu Dresch fez aqui um pronunciamento a respeito das ações, das intervenções da Polícia Federal. É uma operação atrás da outra, é Furacão, é Moeda Verde no estado de Santa Catarina, é Navalha.

Estamos vendo, agora, alguns episódios referentes ao Luz para Todos. Agora, não dá para concordar com o Paulinho Bornhausen, quando diz aqui que o Programa Luz para Todos do governo federal era do Fernando Henrique. Deputado José Natal, se este país tem lembrança é só comparar o estado que estava este Brasil

quando o governo Luiz Henrique entregou para o Lula. O dólar estava a mais de R\$ 3,00; o risco Brasil em três mil pontos; as universidades públicas fechando; as escolas técnicas, com um projeto de lei proibindo a sua expansão, isso sem considerar a consistência do crescimento econômico do país e sustentado no nosso governo federal.

E aqui o sr. Paulo Bornhausen tenta, deputado Pedro Uczai, fazer um questionamento sobre a idoneidade do governo. Nós sabemos que homens são homens e que o ministro é responsável pelas ações, e o ministro era do PMDB, não era do PT.

Não quero dizer que no PT também não existam problemas, porque se houver, exigiremos a apuração, e aqui eu fiz uma intervenção em relação à Eletrosul. Agora, diga-se de passagem que quem executa as obras do Luz para Todos no estado não é a Eletrosul, ela fiscaliza, e pecou na fiscalização, porque quem executa é a Celesc, que é uma instituição do estado, e nos cabe cobrar as denúncias que estão sendo aportadas na imprensa, hoje.

Um jornalista da *Veja* me ligou depois de um pronunciamento que fiz nesta Casa, perguntando se eu sabia de desvio de dinheiro. Eu disse que não! Nem de obra que foi recebida e não foi paga, mas disse que com relação às denúncias que aqui chegarem, nós, em nome da Bancada do PT, que temos uma conduta de princípios, estaremos cobrando, e hoje mesmo teremos uma reunião com um grupo de funcionários da Eletrosul para ouvir, e vamos ouvir os dois lados, quem denuncia e quem defende, para não ter prejulgamento, que é o que nós condenamos nesta Casa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Jailson Lima, quando o deputado José Natal traz aqui um questionamento e insinuações com relação ao nosso governo e buscando comparar com o seu, o do presidente Fernando Henrique Cardoso, quero dizer que na área da economia não há comparação e na questão da ética e da moralidade também não, porque na época a Polícia Federal estava manietada e não podia fazer nenhuma operação, era a operação abafa. Agora o presidente Lula diz: "doa a quem doer". Em segundo lugar, o presidente Lula apóia a Polícia Federal e as suas ações. O presidente Fernando Henrique Cardoso comprou os deputados para votarem o projeto da reeleição, no Congresso. Portanto, a corrupção em maior grau de denúncias, mas não apuradas, porque abafaram CPIs no Congresso Nacional, abafaram a CPI da compra de votos do projeto da reeleição, manietaram a Polícia Federal. E estamos vivendo novos tempos que estão pegando diferentes lideranças.

O segundo ponto em relação à questão da ética, da moralidade na coisa pública, é que tem que avançar, tem que ir, como a Operação Moeda Verde aqui da especulação imobiliária e da destruição do meio ambiente, como a Operação Navalha. E tem que aperfeiçoar juridicamente, e os grandes que vão para a cadeia, têm que continuar lá.

Para quem se envolve em corrupção, o padrão moral da sociedade - porque a corrupção está em vários espaços - tem que ser tão forte... No Japão, o ministro da Agricultura, que esteve envolvido em corrupção, horas antes de dar o depoimento sobre os seus atos de corrupção, enforcou-se. Ou seja, tomou um ato pessoal pelo padrão cultural e ético de uma sociedade que exige dos agentes públicos um padrão de comportamento ético.

Quem pisa na bola, quem faz corrupção, não só tem somente de ir para a cadeia, tem de renunciar à sua própria condição, porque é dessa forma que temos que construir este país.

Parabéns, deputado Jailson Lima, pelas suas explanações neste dia!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Nós temos que ter a tranquilidade de deixar a Polícia Federal agir e, principalmente, saber que este país está sendo de fato passado a limpo, independentemente de quem venha a doer.

Portanto, muito obrigado pelo espaço, sr. presidente. E não posso esquecer de dizer que o deputado Pedro Baldissera está convidando para comermos depois um bolo com ele. Parabéns e que Deus continue abençoando-o, meu irmão!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Na ausência do seu líder, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, queremos anunciar que no último final de semana realizamos um roteiro pela região do extremo oeste.

Com o devido salvo-conduto dos deputados Dirceu Dresch e Herneus de Nadal, fomos até o extremo oeste neste final de semana para conversar com os nossos companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, realizando reuniões em várias cidades: Pinhalzinho, Maravilha, Campo Erê, São José dos Cedros, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São Miguel d'Oeste e Mondai. E das quais participaram companheiros de várias outras cidades daquela região, dos municípios vizinhos.

Fomos renovar os compromissos com a nossa classe que está no extremo oeste e em todas as outras regiões do estado, e dizer que o nosso trabalho continua, assim como fomos conversar com o povo daquela região, familiares e amigos dos nossos irmãos de farda, e discutir também problemas relativos à segurança pública, educação, saúde e agricultura.

Deputado Professor Grandó, gostaria de falar de mais um aumento do transporte coletivo de Florianópolis e das manifestações populares que são recorrentes na nossa cidade. E falar desse assunto, para mim, que sou um Policial Militar, eu considero extremamente importante porque, efetivamente, não é nossa intenção, e nunca foi - nós, da base do sistema de segurança e da Polícia Militar -, que

sejam utilizados como força de coerção para impedir a livre manifestação das pessoas e que se diga aquilo que precisa ser dito a respeito das políticas públicas de uma cidade em todos os aspectos. E neste caso específico da questão do transporte.

O transporte não só em Florianópolis, mas em toda região metropolitana, é uma questão que precisamos efetivamente discutir nesta Casa e chamar a sociedade e os setores do comércio - a CDL e a Acif têm interesse em discutir esse assunto, porque é uma questão que pode ser postergada até que piore além do que já está, se é que é possível, ou até que mais alguém venha a morrer nesta cidade por conta desse assunto.

Nesta cidade está impossível e impraticável realizar-se uma manifestação de 500 pessoas, porque o espaço público não foi preservado nesse sentido. Enquanto por um lado setores, embora minoritários, do movimento popular critiquem, inclusive quando se faz um acordo no sentido de viabilizar a paz pública, por outro lado é preciso citar que há setores da classe dominante que vivem torcendo para que a polícia desça o porrete.

E a nossa posição é que nós precisamos responsabilizar as autoridades anteriores, as atuais, sejam lá quais forem, independentemente de partido político, sobre tudo aquilo que se fez em termos de urbanismo e de uso do espaço público na nossa cidade, porque, efetivamente, não nos interessa quem sejam os algozes da maioria da população que depende do transporte coletivo na nossa cidade.

Então, esse debate precisa ser feito. Nós estamos à disposição e queremos que a sociedade discuta as questões ambientais, de transporte, de uso do espaço público. É urgente fazer isso porque senão todas as semanas, todos os meses nós voltaremos a esta tribuna para falar desse problema.

Por último, gostaríamos de registrar, nestes 30 segundos que nos restam e com certa satisfação, sr. presidente, que no dia de hoje estamos começando três cursos de praças no Centro de Ensino da Polícia Militar. São 77 soldados que começaram o curso de cabo, 90 que começaram o curso de sargento, e 70 sargentos que começaram o curso de aperfeiçoamento de sargento.

Queremos parabenizar todos e dizer que todas as nossas lutas continuam.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, da sra. Clarice Rodigheri Schneider, prefeita de Bom Jesus, acompanhada de seu vice, José Pedro Bortoluzzi, que estiveram no meu gabinete.

Eu estive lá na semana retrasada e eles estão nesta Casa, hoje, para tratar de assuntos referentes àquele município, junto também com o nosso amigo e deputado Gelson Merisio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro! Sejam bem-vindos a esta Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, colegas de imprensa, funcionários desta Casa, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Digital, a faixa que está no meu antebraço direito é uma forma de luto pelo que o mundo está vivendo nesses dias de domingo para cá.

Na Venezuela, o presidente Hugo Chávez acabou fechando, ou não renovando, o único canal de televisão que fazia oposição nacional ao seu governo. Faço esta manifestação por dois motivos. O primeiro motivo é porque eu sou jornalista. E para nós, jornalistas, que dias atrás comemorávamos a liberdade de imprensa, foi uma afronta à nossa profissão termos canais fechados por conta de posição do governo em não aceitar a atitude democrática de um veículo de comunicação de fazer as suas análises da forma como quer que seja feita.

Então, trazemos aqui a manifestação dos jornalistas - a nossa manifestação -, porque nós temos o papel social de publicizar todas as questões que acontecem na nossa humanidade.

Deputado José Natal, isto é uma afronta a qualquer tipo de democracia. É um absurdo, e não se encontra qualquer tipo de justificativa!

Então, a minha primeira fala, deputado Pedro Uczai, é como profissional que eu sou, jornalista. E vi ontem pela televisão o desespero de uma camada grande de profissionais, deputado Manoel Mota, que agora ficaram sem os seus empregos porque o governo Hugo Chávez simplesmente tornou pública uma televisão.

E v.exas. podem estar dizendo: "Deputado Kennedy Nunes, isto é lá na Venezuela, nós não temos nada a ver, isto é um processo lá." Não! Mas o meu segundo motivo para estar aqui, deputado Silvio Dreveck, é que o canal de televisão e a boca dos jornalistas foram fechados porque a televisão fazia oposição ao governo. Então, eu venho a esta tribuna pelo segundo motivo: porque nós somos oposição ao governo que está neste estado, e isso me preocupa, deputado Jailson Lima, e vou dizer por quê. Porque ao mesmo tempo em que nós estamos vendo a ação de gestores fechando televisão lá na Venezuela porque fazem oposição, eu posso ver que na história de Hugo Chávez ele agora começa a comprar os pequenos jornais que fazem oposição a ele para mudar a sua linha editorial e entrar no caminho do governo.

E v.exas. podem estar dizendo: "Deputado Kennedy Nunes, o que tem isso a ver com a posição do governo?" Senhores, a assessoria da nossa bancada, deputado Joares Ponticelli, mandou para todos os jornais de Santa Catarina um e-mail com o seguinte tema: "Justiça suspende propaganda enganosa do governo do estado". E o release que nós mandamos para os editores e para os jornais de Santa Catarina foi dizendo que o juiz tinha determinado a suspensão da propaganda "Volta às aulas" por achar, segundo o juiz, mentirosa e ufanista.

Nós recebemos uma resposta, caro colega jornalista Mauro Ribas, do jornal *Voz do Oeste* - e quem nos mandou foi o Adriano, do jornal *Voz do Oeste*, e por isso a minha preocupação aqui, deputado José Natal -, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Favor não divulgar este tipo de matéria" - a matéria é essa que nós estamos dizendo que a Justiça mandou retirar a propaganda do governo da televisão -, "pois temos que divulgar somente o que é bom para todos e isso não é bom para nós também porque o PP está cortando o que iria vir pra nós." [sic]

O jornal está dizendo para não publicar que a Justiça mandou tirar uma propaganda do governo porque senão não virá o que é para nós. O que é para nós, para um jornal?

Por isso o meu motivo de luto pelo fato de o presidente Hugo Chávez ter fechado a televisão! E parece que lá o governo manda fechar a televisão e aqui manda comerciais fechando a posição de nós, Oposição, dizermos uma decisão da Justiça. E o jornal não publica a decisão da Justiça porque tem medo de perder a fatia que é dele! Isto é ou não uma afronta à democracia aqui no estado de Santa Catarina?! Isto é ou não é uma forma "chavista" de tratar a imprensa?!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, a minha indignação. E eu quero dar somente 30 segundos de aparte ao deputado Sargento Amauri Soares, porque gostaria de usar o meu último minuto em silêncio, como forma de repúdio pelo fato de estarem querendo fechar a boca da imprensa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Comunicação social, assim como transporte coletivo e transporte aéreo, são concessões públicas. Os jornalistas podem trabalhar numa empresa pública, por concurso público, e com certeza serão mais respeitados do que eram numa empresa privada.

Chamar a RCT, da Venezuela, de democrática, é não conhecer que ela comandou o golpe de abril de 2002 na Venezuela, junto com outras pessoas.

É preciso registrar também que em 1964, 1965, 1966, 1967 e 1968 por muito menos no AI-5 fez-se muito mais no Brasil pela Arena, que depois assumiu outras denominações!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - E estavam todos errados, e ainda bem que nós mudamos.

Para encerrar, vejam o que Martin Niemöller, em 1933, disse:

(Passa a ler.)

"Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram; já não havia mais ninguém para reclamar..." [sic]

Eu pediria, sr. presidente, a cessão de mais 30 segundos para serem dedicados a essa forma horrível de certos gestores tratarem a imprensa. Ficarei aqui mudo como um protesto da Oposição e dos jornalistas.

(Procede-se 30 segundos de silêncio.)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, por favor, Democratas! É o único partido deste país que tem candidato a presidente da República nos Estados Unidos, e é uma mulher, e vamos ganhar a eleição!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, deputado Clésio Salvaro; prezado deputado que secretaria a mesa, Dagomar Carneiro; sras. deputadas e srs. deputados, venho a esta tribuna nesta terça-feira para, brevemente, fazer um relato da viagem que fiz acompanhando o secretário da Agricultura, Antônio Ceron; o nosso colega desta Casa deputado Moacir Sopelsa; e o governador Luiz Henrique da Silveira, numa segunda etapa, para participarmos, em Paris, da reunião da Organização Internacional de Epizootia, momento no qual Santa Catarina viveu um momento histórico, que foi a sua certificação como estado livre de febre aftosa sem vacinação.

É importante fazer este registro porque ele transcende os governos. Temos que ser justos e fazer referência aos governos que passaram, aos secretários de outros partidos, de outras correntes, que passaram, ao longo dos últimos 15 anos, à frente da secretaria da Agricultura e que seguiram um norte único, aquele que nos dava uma condição diferenciada não apenas para a questão da carne, mas que hoje nos põe em nível internacional como um país diferenciado porque temos qualidade, temos equipe para preservar a nossa questão sanitária e temos, sem nenhuma dúvida, *expertise* e técnicas para atingirmos mercados globalizados.

Quero, desta tribuna, cumprimentar todos os atores deste processo, desde o início há mais de 15 anos até agora nas pessoas do governador Luiz Henrique da Silveira; do secretário Antônio Ceron, do deputado Moacir Sopelsa que foi secretário, enfim, de todos aqueles que aqui participaram, pois tenho certeza de que Santa Catarina hoje vive um novo momento a partir desta certificação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Desejo cumprimentá-lo porque pela fotografia nos jornais vi a alegria que estavam sentindo ao receberem aquele documento. Quero cumprimentá-lo não só por aquela alegria, mas também pela posição clara do ilustre deputado Gelson Merísio. Nós reconhecemos o que os outros fazem de bom. Quero fazer justiça aos outros governos, desde o falecido Vilson Kleinübing, Paulo Afonso, Esperidião Amin; vamos fazer justiça aos secretários Odacir Zonta e Moacir Sopelsa e a todos aqueles que trabalharam, enfim, porque a vitória é de Santa Catarina, principalmente daquele homem que produz, que luta, que gera emprego, que gera tributos, que é o produtor que, sem dúvida nenhuma, foi o grande virtuoso.

Parabéns, deputado! Nós, da bancada dos Democratas nos sentimos muito felizes por ter v. exa. na comitiva, assim como o nosso ilustre secretário da Agricultura, Antônio Ceron, que fez um papel fundamental. Mas queremos também fazer justiça a todos aqueles que de uma ou de outra forma colaboraram para essa grande conquista de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Agradeço o seu aparte.

Para que os colegas deputados, o público que nos assiste pela TVAL e nos ouve pela Rádio Digital Aleisc tenham noção da importância deste evento, estavam reunidos neste congresso, em Paris, 173 países com seus delegados. E foi quebrada uma norma dentro da organização, pois até então só se certificava o país como um todo. A única exceção feita foi a Santa Catarina, um estado minúsculo, com pouco mais de 3% do território brasileiro, que conseguiu criar barreiras tão fortes, eficientes e de tão longo alcance ao ser reconhecido um estado como se fosse um país, por mais de 173 países lá presentes. Sinceramente, sentimos orgulho por participarmos deste estado, por aqui morarmos, por aqui termos os nossos negócios.

Mais uma vez ratifico que fui apenas um ator da fase final, participando de corpo presente a um momento histórico do nosso estado, que foi a entrega do certificado, mas o grande mérito tem que ser dado a todos aqueles que contribuíram: os prefeitos das cidades fronteiriças com outros estados e com outros países; os técnicos da Cidasc que fizeram lá desde a vacina oficial, da agulha oficial, iniciaram um trabalho que hoje culmina com esse momento histórico; os membros do governo através da Cidasc e da secretaria da Agricultura, e especialmente aquele que representa o nosso estado neste momento, o governador Luiz Henrique da Silveira, que lá esteve como um gesto de importância para o nosso estado, como eu frisei, não apenas pela questão sanitária, não apenas pela questão da carne suína, mas pelo que representa um estado como o nosso ter esta eficiência, esta qualidade técnica e este exemplo para outros países, para outros estados que, com determinação, com trabalho técnico transcendeu as correntes ideológicas, partidárias e políticas.

Quando se faz a coisa certa, ao longo do tempo o resultado chega e chegou agora com esta certificação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0012/2007, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei n. 5.455/1978, que dispõe sobre o Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal do sistema prisional.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, somente para anunciar a presença nesta Casa do vereador José Nardelli, de Laurentino, presidente da Ucavi, União de Câmara dos Vereadores do Alto Vale do Itajaí, acompanhado também do vereador Osnildo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

Discussão em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0002/2007, de origem governamental, que altera o dispositivo da Lei Complementar n. 302, de 2005, que trata do serviço auxiliar temporário na Polícia Militar.

Sobre o projeto recai uma emenda aditiva e uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, submetemos à votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, em se tratando de projeto de lei complementar, solicito a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência atende o requerimento do deputado. A matéria está em processo de votação, antes de iniciá-la, vamos fazer a verificação de quórum.

(Procede-se a verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	presente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	presente
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	presente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	presente
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	presente
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	presente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	presente
DEPUTADO JANDIR BELLINI	presente
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	presente
DEPUTADO JULIO GARCIA	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	presente
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	presente
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	presente
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	presente

Há quórum regimental.

Em votação.

Os srs. que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Está aberto o painel de votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, quero manifestar que por defender a contratação do servidor público para a realização do serviço público, até porque no último verão tivemos 240 servidores da área da saúde aqui na Grande Florianópolis que foram dispensados, demitidos depois de trabalhar por sete, 11, 13 e alguns até por 20 anos, e por não concordar que essa modalidade de serviço se estabeleça dentro da Segurança Pública, meu voto será contrário.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Onofre Santo Agostini.

Ressalto aos srs. deputados que estamos votando o projeto com as duas emendas, uma aditiva e outra modificativa.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Era isso exatamente que eu queria ressaltar, mas já que v. exa. se antecipou, muito obrigado. Votaremos as emendas com o projeto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 30 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto de lei complementar em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0006/2007, que altera a Lei n. 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

O Sr. deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Apenas para esclarecer sr. presidente, que este projeto trata do tempo de arregimentação, ou seja, qualquer policial independentemente onde esteja, se estiver desenvolvendo uma atividade policial militar, ele computa aquele tempo para a sua arregimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encerrada a discussão, vamos à votação que será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÔES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0098/2007, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 0018/2007, de origem governamental, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no estado.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado João Henrique Blasi, muito embora já estejamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, recomendo o voto "sim", uma vez que os dois vetos foram referentes a questão da faixa etária e estava contemplado 70 anos de idade e se entendeu que não era possível que fosse assim considerado.

Então, o veto vem ao encontro do que se pretende e a nossa recomendação é "sim" pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto se todos os srs. deputados exerceram o direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim", 12 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu votei e o meu "ok" não apareceu no painel. Quero registrar o meu voto pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) Registrada a manifestação de v.exa.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0100/2007, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007, de origem governamental, que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - Deinfra, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, quero fazer o registro de que o relator do projeto de lei, o deputado Marcos Vieira, manteve, ao longo do tempo da sua tramitação, contato direto com o engenheiro Romualdo França, presidente do Deinfra, e avençou com esse as alterações havidas. Uma delas o governo entendeu de vetar, que é aquela que diz respeito à composição do Conselho Administrativo, do Deinfra.

De sorte que os srs. deputados de apoio à bancada do governo estão absolutamente liberados para votarem como quiserem. Apenas quero dizer que o meu voto, como acompanhei as conversações do deputado Marcos Vieira, é para manter o projeto na sua versão original. Portanto, particularmente, em função das tratativas, votarei "não".

O Sr. Deputado Marcos Viera - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Marcos Viera.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, fui designado relator do projeto que reestruturou o Deinfra. Na composição do Conselho Administrativo, entendemos de comum acordo com a associação dos servidores e com a diretoria da autarquia, que devêssemos incluir na composição daquele conselho um membro da secretaria da Fazenda, um membro da secretaria do Planejamento e um membro da Fatma - Fundação do Meio Ambiente, para que esses integrantes a mais no conselho pudessem dar agilidade às decisões tomadas pelo próprio conselho. Acordado, foi feito um substitutivo, com o apoio inclusive do deputado Joares Ponticelli, que faz parte da CCJ, e de repente o projeto aparece de volta, em parte vetado, nesta Casa.

Então, voto pela derrubada do veto, em razão de que sempre tenho em mente que compromisso assumido tem que ser compromisso cumprido.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com a permissão do meu líder, quero apenas ratificar a manifestação dos deputados João Henrique Blasi e Marcos Vieira. De fato, essa matéria foi amplamente discutida na CCJ, foi celebrado um acordo e inexplicavelmente esse acordo não foi mantido e foi acostado o veto parcial dessa matéria.

Portanto, peço aos nossos companheiros também que votem pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, sr. presidente.

Da mesma forma como o encaminhamento feito pelo líder do governo, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela derrubada do veto, votando "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Terminados os encaminhamentos, pedimos a abertura do painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim", 18 votos "não" e uma abstenção.

Está mantida a mensagem de veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0113/2007, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de

utilidade pública o Centro de Educação e Formação de Mão-de-Obra André Luiz, de Lages.

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há sobre a mesa um requerimento solicitando o encerramento desta sessão e a convocação de uma sessão extraordinária para a votação em segundo turno dos Projetos de Lei Complementar n.s 0002/2007 e 0006/2007, votados anteriormente.

(Os líderes aquiescem.)

Com a aquiescência de todos os líderes, a Presidência encerra a presente sessão convocando outra, extraordinária, para as 16h16min, para a votação dos Projetos de Lei Complementar n.s 0002/2007 e 0006/2007.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h16min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada de Luca - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita adiamento da votação de projeto que trata do Centro de Educação e Formação de Mão-de-Obra André Luiz.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento de autoria do deputado João Henrique Blasi.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever moção de autoria do deputado Jailson Lima e parabeniza o ministro da Saúde por quebrar a patente do remédio anti-Aids.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do ex-prefeito de Fraiburgo, Edi Lemos, e do jornalista Toni Correia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Discorre sobre as possibilidades da economia catarinense com a certificação concedida pela OIE.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece comentários sobre a análise do TCE da contas de 2006 do governo do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a situação do licenciamento e das multas das viaturas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; refere-se à manipulação dos meios de comunicação no Brasil.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Reporta-se à análise da contas do governo do estado de 2006 procedida pelo TCE.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Lembra a análise pelo TCE das contas do governo de 2002, aprovadas com ressalvas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2007, de procedência governamental, que altera o dispositivo da Lei Complementar n. 302, de 2005, que trata do Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar.

Ao presente projeto foram apresentadas uma emenda aditiva e uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto e as emendas.

A votação será nominal, no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Está iniciado o processo de votação. Há necessidade de 21 votos para a aprovação da matéria.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JANDIR BELLINI sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ sim

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

não

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n.0006/2007, de procedência governamental, que altera a Lei n. 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto e a emenda.

A votação será no painel eletrônico.

O srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Está aberto o painel de votação, srs. deputados.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0113/2007.

A redação final foi apresentada uma emenda modificativa.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, com relação à votação em segundo turno, eu gostaria de solicitar que esse projeto pudesse ficar para a Ordem do Dia de amanhã, para verificarmos sobre esse assunto do Centro de Educação e Formação de Mão-de-Obra André Luiz, pois tenho umas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sr. deputado, a matéria foi aprovada na comissão de Constituição e Justiça, na comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, em primeiro turno e agora foi aprovada em redação final. Lamentavelmente, o requerimento de v. exa. fica prejudicado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0012/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.ºs : 0359/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0360/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0361/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0362/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo urgência no sentido de viabilizar a realização de Operação Tapa-Buraco em trechos da BR-282.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente da Cidasc, cumprimentando-o pela certificação obtida da Organização Internacional de Epizootias, concedendo o *status* de estado livre de aftosa sem vacinação.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTEE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Peço permissão ao nobre deputado João Henrique Blasi para subscrever o referido requerimento.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, deputado João Henrique Blasi, o deputado Jandir Bellini também subscreve este requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à sra. Carmen R. Pangratz, diretora do jornal *Correio do Norte*, de Canoinhas, cumprimentando-a pelos 60 anos de fundação daquele jornal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao vereador Jean Xavier de Liz, cumprimentando-o pela posse na Câmara Municipal de Rio do Sul.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Urupema, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara Municipal de Urupema, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Doutor Pedrinho, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Presidente Getúlio, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara Municipal de Presidente Getúlio, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara Municipal de Apiúna, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Apiúna, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Iporã do Oeste, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara Municipal de Iporã do Oeste, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Evaldo Marcos e equipe, cumprimentando-o pela realização da décima oitava edição da Produsul e quarta Feincos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pedindo a permanência da agência dos Correios no município de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a agilização da tramitação de matéria que regulamenta a Emenda Constitucional n. 29.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Santo Agostini, a ser enviada ao ministro das Cidades, solicitando providências que visem à solução do déficit de moradias populares no município de Curitiba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Romildo Titon, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, solicitando a instalação de uma coordenadoria regional do Inmetro no município de Videira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da República, sugerindo o encaminhamento de projeto de lei para extinção das emendas individuais e que o repasse a cada município seja garantido de acordo com o índice do Fundo de Participação dos Municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao ministro da Saúde, parabenizando-o pela quebra de patente do remédio anti-Aids, que beneficiará os portadores do vírus HIV.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu gostaria de pedir ao autor, deputado Jailson Lima, para subscrever esta matéria e parabenizar o ministro da Saúde, pois acho que pela primeira vez no Brasil se tomou uma atitude correta com relação a esse assunto.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, deputado Jailson Lima, o deputado Sargento Amauri Soares subscreve também a citada moção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro do Meio Ambiente e ao Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando contrariedade pela aprovação da Medida Provisória n. 366, que cria o Instituto Chico Mendes.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, como já fiz anteriormente, eu gostaria de subscrever esta moção de autoria do deputado Jailson Lima.

Obrigado.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, v.exa. passa a integrar como subscritor da citada moção.

(Continua em discussão)

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos sobre a reforma do Colégio Arnaldo Moreira Douat, no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviado ao governador do estado e aos secretários da Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Regional da Mesorregião de Itajaí, solicitando informações sobre imóveis desapropriados para a construção do trevo de acesso à Rodovia Antônio Heil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, solicitando cópia integral dos processos de prestação de serviços firmados entre a Santur e a ONEWG, a partir de 2003 até a presente data.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do ex-prefeito de Fraiburgo, sr. Edi Lemos, e do jornalista Toni Correia.

É com muito prazer que os recebemos nesta Casa, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica registrada a presença das pessoas citadas pelo deputado José Natal.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o certificado da Organização Internacional de Sanidade Animal dando ao estado de Santa Catarina a condição de comercializar proteínas animais com praticamente o mundo inteiro obriga-nos a registrar com destaque essa grande conquista, que vai permitir que se promova o desenvolvimento socioeconômico com mais intensidade nas regiões que têm nessa atividade a sua maior marca.

Fazendo esta manifestação, damos conhecimento à população de Santa Catarina que, no dia 2 do mês próximo, uma missão comercial, chefiada pela Ocesc - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina -, pela Fecoagro e também pela Cooperativa Central, vai manter contatos com a Inglaterra, Irlanda e Escócia, para que se possa acompanhar negócios importantes com potenciais compradores dos nossos produtos. Nessa missão também estará presente o secretário da Agricultura do nosso estado, além de deputados que integram este Parlamento.

Quero dizer que este parlamentar também estará nessa missão e que fará o seu trabalho com determinação e com denodo para que portas possam ser abertas, para que oportunidades possam ser geradas e para que possamos brevemente alcançar o fim de um período extremamente penalizador para a classe produtora e para todos os integrantes da cadeia produtiva, quer sejam as empresas prestadoras de serviços, quer sejam as próprias agroindústrias, que diminuíram, em muitos casos, de forma drástica o número de postos de trabalho nessa atividade industrial.

É importante que se destaque que a visita, que o contato com esses países será agora na condição de estado portador do certificado de zona livre de febre aftosa sem vacinação, o que nos indica como único estado da nossa federação que goza desse *status*. Essa condição, com certeza, vai permitir, vai fazer com que possamos movimentar a economia catarinense de forma mais intensa.

Isso ocorrendo, nós teremos condições de promover a circulação de riquezas e com ela o aumento também de retorno de impostos aos nossos municípios, que chegarão, com certeza, à nossa população através de melhorias em várias áreas importantes e imprescindíveis, para que se ofereça qualidade de vida e conforto a todos os cidadãos. Chegará na condição de melhorias na área da saúde, da educação, do lazer e de todos os setores indispensáveis para que possamos promover o bem-estar dentro da nossa sociedade.

É com certeza um momento ímpar na história econômica neste setor no estado de Santa Catarina. Nós, que perseguimos com o trabalho árduo da secretaria de Agricultura e das empresas a ela vinculadas, essa condição há tantos e tantos anos, agora, neste momento, precisamos divulgar com expectativa positiva essa nova realidade que nos é atestada através do certificado fornecido pela OIE, em Paris, diretamente às mãos do governador Luiz Henrique da Silveira.

É este é o momento propício, é o momento adequado para que contratos possam ser, possivelmente, assinados, a fim de que, num curto espaço de tempo, não no dia de amanhã, mas brevemente, tenhamos a

condição de desovar os estoques que há tempos estão acondicionados nas agroindústrias e nos portos do nosso estado e do nosso país, para que nós possamos, através deste processo, oferecer o mínimo de renda para aqueles que atuam nesta atividade; para que possamos oferecer aqueles que estão no interior do município ou dedicando-se a uma tarefa importante, que nos coloca como um dos maiores centros exportadores do mundo todo, para que nós possamos - além do destaque, além da importância atual que temos por conta das condições sanitárias e da qualidade do nosso produto - fazer com que elas possam significar, para todos aqueles que trabalham e atuam condições de continuidade em sua tarefa, em sua atividade, que tanto tem feito e tanto tem contribuído em favor do nosso estado.

Em algumas décadas somente, a região oeste conseguiu alcançar um nível invejável na área tecnológica, na área da qualidade e também na área da sanidade animal. É com certeza um resultado extraordinário porque muitos outros países levaram muito mais tempo do que o nosso estado, através do trabalho árduo, difícil, mas competente dos nossos produtores e do espírito empreendedor de tantos e tantos empresários, para marcar época na trajetória desta atividade e também no desenvolvimento socioeconômico, através da representação significativa que detemos deste setor no solo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, ontem, durante toda a tarde, pudemos acompanhar pela TVAL a sessão do Tribunal de Contas do nosso estado para a apreciação e deliberação das contas do governo relativas ao exercício de 2006.

Acompanhei boa parte da discussão da matéria e boa parte da leitura do parecer do eminente relator conselheiro Wilson Wan-Dall. Fiquei, como homem público, como parlamentar, como servidor público, extremamente preocupado com o grande elenco de recomendações e com a manifestação de cinco ressalvas e 14 recomendações feitas pelo Tribunal de Contas.

Ficou muito claro o absoluto desequilíbrio econômico, financeiro e orçamentário do estado de Santa Catarina. Aquilo que nós estamos alertando desde o início desse ano, deputado Silvio Dreveck, de que as finanças do estado não vão bem, foi confirmado pelo parecer do conselheiro Wilson Wan-Dall, que foi aprovado sem contestação nesses quesitos. E uma verdade apareceu, deputado Dirceu Dresch, o governo Eduardo Moreira, através da assessoria de imprensa, da mídia oficial, comemorou, fogueou, anunciou festivamente, estampou em todos os

jornais, em todas as rádios e todas as televisões de Santa Catarina, ao final do ano passado e início deste ano, que estava entregando o governo completamente saneado e com um superávit de R\$ 20 milhões. Quem não lembra disso? É só resgatar as notícias veiculadas oficialmente pelo governo, de 28 de dezembro a 5 de janeiro deste ano. Não ficou um só jornal neste estado sem estampar, sem anunciar, sem comemorar o encerramento do governo Eduardo Moreira com superávit orçamentário e financeiro.

Nós dissemos, naquela época, que duvidávamos que aquela notícia fosse verdadeira e fomos contestados em diversas oportunidades pelos deputados do governo nesta Casa. Agora quero ver de quem será a contestação, porque quem falou ontem, deputado Dirceu Dresch, não foram os 13 deputados de oposição. Quem falou ontem foram os sete conselheiros do Tribunal de Contas de Santa Catarina, que disseram que o estado encerrou o ano de 2006, portanto encerrou o governo de Eduardo Moreira, com R\$ 193 milhões de insuficiência financeira. A mentira oficial, paga com recursos do estado, patrocinada pelo governador Eduardo Moreira, não durou mais do que cinco meses. E a verdade veio à tona. Não sei quanto tempo pensaram enganariam, deputado Silvio Dreveck. A sociedade já havia percebido que tinha sido enganada quando viu as obras paralisadas por todo o estado; a educação num processo de falência absoluta; a saúde na situação que vimos ontem, de uma senhora, ao fazer uma cirurgia para a retirada do útero, ter que levar o útero retirado dentro de um pote de sorvete para poder identificar o problema que tinha; quando vimos os repasses do art. 170 atrasados, os repasses do transporte escolar, os convênios assinados festivamente não serem pagos e as concorrências anunciadas e lançadas eleitoralmente serem anuladas, como vimos há poucos dias o cancelamento da concorrência da Via Rápida de Criciúma, da Interpraiais, do acesso ao Porto de Navegantes e do metrô de superfície de Florianópolis.

Quando tudo isso começou a acontecer, nós voltamos a insistir, dizendo que o estado não ia bem, que não era verdade o que disse o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, que as contas estavam em dia. Agora o Tribunal de Contas comprovou. Grave, deputado Silvio Dreveck, é o que revelou o conselheiro Wilson Wan-Dall. Disse que

O goveo Tribunal de Contas solicitou uma relação de restos a pagar - despesas feitas sem a correspondente receita orçamentária como fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal - à secretaria da Fazenda, mas não foi atendido. rno fora da lei já não atende mais nem os questionamentos do Tribunal de Contas. Ah, se fosse uma pequena prefeitura, deputado Valmir Comin! Coitado do prefeito! Há algumas coisas que não consigo compreender!

Como o governo não atendeu, o Tribunal de Contas quer saber que relação de restos a pagar é essa. Por que o governo não atendeu? Por que não pode responder? Por que não tem como responder? Por que há despesas que foram

empenhadas e anuladas no final do ano? O que estão escondendo ou tentando esconder? O fato é que a verdade veio à tona. Mais uma vez, deputado Silvio Dreveck, a Oposição vem à tribuna comemorar o restabelecimento da verdade.

Gastos de 60% com pessoal, questionado; despesas nos dois últimos quadrimestres sem o aporte financeiro necessário para o seu pagamento, questionáveis; o Fundef, a inclusão de inativos, também consta do relatório e nas ressalvas há comprovação de R\$ 40,24 milhões de déficit orçamentário; de R\$ 140 milhões de déficit financeiro. O pagamento de pouco mais de 50% do valor devido do art. 170 da Constituição, o não-cumprimento das metas fiscais, que é exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a insuficiência financeira de R\$ 193 milhões.

Gastaram eleitoralmente para reconduzir o governador ao palácio. Mentiram oficialmente quando disseram que as contas estavam em dia e agora a verdade apareceu. Mais um calote, deputado Dirceu Dresch! Mais uma mentira que se comprova do atual governo: R\$ 200 milhões é o rombo deixado pelo ex-governador Eduardo Pinho Moreira, que tentaram esconder até agora, deputado Décio Góes, mas que finalmente nós vamos poder esmiuçar daqui para frente. É uma matéria que com toda certeza vai render muito daqui para frente. Vamos ter, sem nenhuma dúvida, acalorados debates a partir de agora por conta do surgimento da verdade e da queda de mais uma mentira oficial do governo.

Por fim, quero manifestar aqui a minha preocupação com a notícia do fechamento das fronteiras de Santa Catarina para a exportação da nossa produção de bananas, que chega a 660 toneladas. Vejam que 5 mil famílias dependem dessa atividade, e parece-me que o estado está omissão mais uma vez.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores desta Casa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham, quero retomar um tema, deputado João Henrique Blasi, que v.exa. falou na semana passada: a questão das viaturas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a situação do licenciamento e das multas.

O que v.exa. falou é verdade. Temos uma situação que se arrasta ao longo da história e que precisa ser resolvida. Ela tem sido levada em frente e quem tem arcado com essas consequências, infelizmente, são os servidores. É comum o policial ou o bombeiro que está trabalhando ter que arcar com o pagamento da multa, mesmo quando ele está numa situação de emergência. E este é um fato sobre o

qual precisamos refletir e tentar buscar uma forma de, administrativamente, resolver isso dentro da instituição, porque senão nós não resolveremos nunca, uma vez que trabalhando, por exemplo, no Auto Socorro de Urgência, no ASU, onde se trabalha 24 horas de forma permanente, em toda a ocorrência que faz o bombeiro, no caso o socorrista, ele tem que lembrar quantos semáforos ele ultrapassou com o sinal vermelho ou acima da velocidade e fazer um relatório, sem esquecer de nenhum. Além do tempo gasto para fazer o relatório, que pode ser, de repente, um tempo necessário para fazer um outro atendimento, e aquele sinal que ele ultrapassou com o sinal vermelho, ou acima da velocidade, e esqueceu de citar no relatório, ele acaba tendo que pagar a infração de trânsito.

Com relação a esse tipo de coisa, nós fizemos esse debate *interna corporis* durante muito tempo e precisamos resolver tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros, e penso que na Polícia Civil também. Naturalmente que nunca esquecendo o interesse público, nunca esquecendo a necessária segurança, inclusive na realização de uma manobra numa situação de emergência.

Mas quero abordar um assunto que foi aqui trazido pelo deputado Kennedy Nunes, a respeito do suposto atentado contra a democracia no país vizinho, a Venezuela. Esse debate nos meios de comunicação é um debate que eu, particularmente, tenho interesse desde os tempos em que estudei na UFSC e, inclusive, realizei o meu trabalho de conclusão de curso sobre este assunto.

Gostaria de parabenizar os profissionais da imprensa aqui do estado, que durante os últimos 15 dias deram cobertura satisfatória, eu diria, e de fato expressando a realidade do que aconteceu na Segurança Pública em nosso estado e que ainda não está superado.

Quero falar deste assunto para dizer que penso - e vou expressar com muita franqueza e tranquilidade o que penso - que não existe liberdade de imprensa no Brasil. A imprensa no Brasil é majoritariamente comercial; os interesses envolvidos na divulgação da imprensa, nos meios de comunicação, são interesses econômicos, são os interesses dos grandes grupos econômicos, e os principais meios de comunicação são um grande grupo econômico; o interesse comercial pela venda do anúncio é que estabelece a relação com a sociedade. E esse é um fato que precisa ser constatado. É possível constatar, inclusive, do ponto de vista científico, numa análise empírica desta realidade, a forma como são tratados os assuntos de interesse público pelos nossos meios de comunicação.

Quero, inclusive, aproveitar esta oportunidade, deputado Décio Góes, para dizer que algumas coisas deixamos felizes, como, por exemplo, o governo federal criar um canal público de televisão de nível nacional, que está sendo dirigido pelo novo ministro Franklin Martins.

Então, é preciso registrar isso - e um país como o Brasil precisa, efetivamente, investir nisso, e é papel do poder público, no caso do governo federal, e penso que teríamos que pensar isso também em nível estadual -, porque não é verdade que o que é público não é democrático e o que é privado é democrático. Esta não é a realidade do Brasil, não é a realidade dos nossos meios de comunicação.

Sei que é um assunto espinhoso, vou falar porque não me omito de nenhum assunto difícil de falar, mas este é um fato. Por exemplo, eu fiz o meu trabalho de conclusão de curso, deputado Décio Góes e demais deputados, sobre a abordagem dada pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, durante oito semanas, no ano de 1996, a respeito dos seguintes pontos: desregulamentação da economia, privatizações, terceirizações, que era o tempo do governo Fernando Henrique, que tinha uma avalanche contra o servidor público e contra as empresas públicas, por parte dos chamados formadores de opinião, por parte do governo, que vinha com toda aquela pressão, e por parte dos interesses estrangeiros, inclusive, instalados no nosso país e no nosso governo.

Durante oito semanas eu gravei o *Jornal Nacional* da Rede Globo e mais de uma vez por dia alguém falava textualmente que tinha que privatizar para aumentar o número de empregos, que tinha que abrir as fronteiras para aumentar o número de empregos e a sociedade viver mais feliz, que tinha que terceirizar para melhorar o serviço público.

Mais de uma vez por dia, durante oito semanas seguidas, o *Jornal Nacional* era isso, sem falar que na época havia um editorial que era lido por uma pessoa reconhecida nacionalmente - o Cid Moreira -, e aí entravam os aspectos subjetivos. Sem falar na coluna e na crônica de um outro cidadão bastante conhecido no Brasil, o jornalista Arnaldo Jabor, que transmitia estes valores: é preciso privatizar para melhorar a vida da população; é preciso terceirizar; é preciso desregulamentar a economia, abrir as fronteiras; é preciso o Brasil deixar de ser atrasado; é preciso modernizar. E nós ficamos cada vez mais pobres, com mais desempregados e o serviço público cada vez mais fraco.

Srs. deputados, mais de uma vez por dia dizia-se que era bom privatizar e desregulamentar, durante os 40 programas quantas vezes se falou o contrário? Quantas vezes apareceu uma pessoa, um deputado, um senador, um sindicalista, um popular para dizer o contrário, durante 40 programas? Nenhuma vez! Absolutamente nenhuma vez, durante 40 programas do *Jornal Nacional* da Rede Globo, em 1996, no inverno daquele ano! O meu trabalho de conclusão de curso foi esse.

Então, o que está estabelecido que fique estabelecido: que é preciso que o poder público, que tem o poder de concessão - e isso é constitucional -, regule, sim, os meios de comunicação, que existam conselhos de direção nos meios de comunicação, sejam eles públicos ou privados, para que essa forma de manipular a informação e aquilo que é divulgado para a maioria das pessoas que estão lá do outro lado passivamente acompanhando a televisão, o rádio ou jornal possam ter uma informação que seja efetivamente balizada, que exista o contraditório, que existam as duas, as três ou tantas posições quanto se divida a sociedade.

O pensamento único está estabelecido pelos meios de comunicação no Brasil, com pequenas exceções, como, por exemplo, a TVAL, os canais públicos e outros canais menores e comunitários.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, uma meia verdade é, necessariamente, uma meia mentira. Eu digo isso a propósito da manifestação feita há pouco por um deputado que se reportou à apreciação das contas do governo do estado do exercício anterior, do ano de 2006.

Fez s.exa. questão de transmitir, aqui da tribuna, as ressalvas e as recomendações feitas pela egrégia Corte Estadual de Contas, no exercício do seu mister fiscalizatório, mas não mencionou o principal. E aí é que está a meia verdade, que seja meia mentira. Não disse, o que é o essencial, que a manifestação unânime dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina foi pela aprovação das contas do exercício de 2006, nos primeiros meses sob a responsabilidade do governador Luiz Henrique da Silveira e nos meses finais do ano sob a responsabilidade do ex-governador Eduardo Pinho Moreira.

Quem eventualmente não assistiu à sessão do Tribunal de Contas ontem ou não se deteve nas notícias hoje veiculadas pela imprensa e só focou a manifestação feita aqui pelo deputado, certamente tem essa visão distorcida, inverossímil, quando a realidade clara, peremptória e taxativa é a de que o Tribunal de Contas aprovou as contas do exercício de 2006 do governo do estado.

É verdade, sim, que apontou algumas ressalvas, cinco, para ser mais concreto, e é verdade também que fez algumas recomendações, aliás, como sói ocorre em todos os anos, inclusive naqueles anos em que o líder político do deputado que aqui se manifestou governou o estado de Santa Catarina, teve também assentadas ressalvas e recomendações de teor semelhantes aquelas que foram trazidas à colação pelo Tribunal de Contas, na sessão do dia de ontem.

Algumas dessas ressalvas são decorrentes de uma questão meramente interpretativa, uma forma de examinar do Tribunal de Contas, uma diferente do governo do estado e aí está estabelecida a controvérsia, que rendeu o ensejo àquelas ressalvas apresentadas.

Assim é, por exemplo, o caso do referido déficit financeiro. Pela primeira vez, inovando na sua sistemática de análise - pela primeira vez, repito -, o Tribunal de Contas do Estado incluiu os precatórios no balanço financeiro. Deveriam ser incluídos ou não deveriam? Não sei! Não tenho engenho e arte para chegar a essa conclusão, mas um fato verdadeiro é que até 2005 não foram e em 2006 foram. E isso, precisamente isso, motivou essa ressalva relativa ao déficit financeiro.

Por outro lado, é verdadeira a constatação de que no exercício de 2006 não houve a aplicação no patamar em que deveria ter sido dos recursos referentes a bolsas de estudo do ensino superior, os já

muito conhecidos desta Casa arts. 170 e 171 da Constituição do Estado. Para uma aplicação que deveria beirar mais de R\$ 50 milhões, na verdade, o que houve por parte do governo foi a aplicação de quase R\$ 30 milhões. Na verdade, aqui, sim, alguém do valor que deveria ter sido aplicado nesse setor. Mas o governo espera poder contar com o excesso de arrecadação para, neste exercício, recompor de forma condigna o aporte desses recursos para a concessão de bolsas de estudo no ensino superior aos alunos despossuídos.

Também na questão das metas fiscais é preciso ser dito que o estado entende haver cumprido as metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e socorre-se na interpretação que a esse respeito é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, deputado Professor Grandó. Pela interpretação da Secretaria do Tesouro Nacional, pela metodologia por ela empregada, não há mais a mínima dúvida de que houve o cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar n. 101, a conhecida Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso tanto no que diz respeito aos resultados primários, que são aqueles que não consideram os juros e o serviço da dívida, tanto quanto nos resultados nominais, aí já incluídos os juros.

Por fim, a alegada insuficiência financeira, e essa é que propiciou a maior propaganda negativa do deputado há pouco aqui da tribuna, ela é também decorrente de uma mera questão interpretativa, deputado Elizeu Mattos, porque se pode considerar a obrigação de pagar quando a despesa é liquidada ou quando a despesa é empenhada. Dependendo da interpretação, o resultado é um ou outro.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado João Henrique Blasi, nosso líder, se vamos falar de ressalvas, podemos falar de 2002, porque o TCE recomenda a aprovação e há ressalvas.

Vamos citar o exercício de 2002 - e é uma pena que o deputado presidente do partido do governador em 2002 não esteja aqui. Na época, para a Saúde eram 9% e hoje são 12%, e não conseguiram alcançar os 9%, que está dentro da lei. Quanto às metas fiscais do governo, em 2002, que ele disse que estava tudo certo, também houve ressalvas. Quanto às metas de despesas, houve ressalvas. Não cumpriu o Programa de Ajuste Fiscal, da Secretaria do Tesouro Nacional, e houve ressalvas. As despesas com pessoal ficaram acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Falam tanto em pessoal no nosso governo e em 2002 gastaram mais do que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite. Não foram sequer repassados os financeiros de direito aos poderes, e também está com ressalva.

Mas, a título de colaboração, pois entendo um pouquinho de orçamento já que sou economista, quero dizer que no art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida de longo prazo não é tratada como a dívida do exercício financeiro e incluindo os precatórios, eles não são do exercício e tornam-se uma dívida de longo prazo.

Mas vamos adotar o critério do passado. O estado de Santa Catarina, a partir de 2004, começou a recuperar e trabalhar com superávit financeiro. Em 1999, chegava a quase um bilhão. Em 2002, segundo o relatório do Tribunal de Contas, o déficit financeiro ultrapassou R\$ 345 milhões.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - V.Exa. está falando em 2002? Quem era o governador? Não estou lembrando.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Era o governador do presidente do PP, que acabou de falar, o deputado Joares Ponticelli.

Mas se eliminarmos os precatórios - e em 2002 não se levava em conta os precatórios -, em 2005 tivemos um superávit de R\$ 70 milhões; em 2006, o superávit girou em torno de R\$ 170 milhões e no primeiro quadrimestre de 2007, o superávit ultrapassou R\$ 400 milhões.

Então, é uma meia verdade que se transforma em meia mentira. Assim, vamos analisar o sistema financeiro do estado ao longo dos anos, em que o estado e a secretaria da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir, deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Elizeu Mattos, o fato concreto é que a manifestação, ontem, do Tribunal de Contas foi por recomendar a esta Casa - e somos nós que vamos deliberar sobre isso - a aprovação das contas do exercício de 2006. Aqueles que por serem de oposição entendem que a verdade não deva ser veiculada ou que a verdade favorável ao governo não deva ser veiculada, fica este fato concreto de que as contas estão inegavelmente aprovadas.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, na forma do Regimento Interno, encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA N. 031-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o ATO DA MESA N. 025-DL, de 4 de abril de 2007.

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Reno Caramori para ausentar-se do País, no período de 02 a 15 de junho do corrente ano, a fim de acompanhar a delegação do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, aos países Irlanda e Inglaterra, objetivando a realização de estudos e o desenvolvimento de conhecimentos técnicos em benefício do Cooperativismo Catarinense.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de maio de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 110, de 30/05/2007

Aprova o "Relatório de Gestão Fiscal", referente ao 1º quadrimestre de 2007, correspondente ao período compreendido entre maio /2006 e abril/2007,

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regimentais, com supedâneo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, II, parágrafo único e 55, I, alínea "a" e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Gestão Fiscal" da Assembléia Legislativa, referente ao período compreendido entre maio/2006 a abril/2007, na forma do anexo "Demonstrativo da Despesa com Pessoal, nos termos do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Neste Relatório de Gestão Fiscal adota-se a metodologia e padrões utilizados nos anexos das Portarias STN/MF nº 470 e 471, combinados com a Instrução Normativa nº 002/2001 e Decisão nº 1173/2005 do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Dep Clésio Salvaro - 1º Vice-Presidente
Dep Ana Paula Lima - 2º Vice-Presidente
Dep Rogério Mendonça - 1º Secretário
Dep Valmir Comin - 2º Secretário
Dep Dagomar Carneiro - 3º Secretário
Dep Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2007**

LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$	
	Despesas Executadas (Maio/06 a Abril/07)	
DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas	Inscrita em Restos a Pagar Não Processados
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL	153.825.820,50	
Pessoal Ativo	113.879.803,74	
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.946.016,76	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de tercerização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	14.581.144,97	
Indenizações por demissão e incentivos à demissão Voluntária	119.969,02	
Decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	1.269.772,28	
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	13.191.403,67	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	5.757.624,97	
Contribuições patronais	5.757.624,97	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II+III)	145.002.300,50	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.575.675.884,68	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (IV/V*100)	1,91	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II E III, ART. 20 DA LRF) - 2,20	166.664.869,46	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,09	158.331.625,99	

Fonte: DAF e CPSP

Valores referentes aos somatórios da Contribuição Previdenciária e Obrigações Patronais dos servidores ativos e inativos;
Valores referentes à movimentação financeira concedida ao Regime Próprio da Previdência Social relativos à Contribuição Patronal.
Florianópolis, 30 de maio de 2007

Hildo Tramontim - Diretor do Departamento Financeiro

Vanio Cardoso Darella - Coordenador do Sistema de Controle Interno

César Luiz Belloni Faria - Procurador de Finanças

*** X X X ***

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2007**

LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$	
	Despesas Executadas (Maio/06 a Abril/07)	
DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas	Inscrita em Restos a Pagar Não Processados
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL	155.917.150,13	
Pessoal Ativo	115.971.133,37	
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.946.016,76	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de tercerização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	1.389.741,30	
Indenizações por demissão e incentivos à demissão Voluntária	119.969,02	
Decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	1.269.772,28	
Inativos e pensionistas com recursos vinculados		
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	4.315.252,28	
Contribuições patronais		
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II+III)	158.842.661,11	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.575.675.884,68	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (IV/V*100)	2,10	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II E III, ART. 20 DA LRF) - 2,20	166.664.869,46	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,09	158.331.625,99	

Fonte: DAF e CPSP

Valores referentes aos somatórios da Contribuição Previdenciária e Obrigações Patronais dos servidores ativos e inativos;
Valores referentes à movimentação financeira concedida ao Regime Próprio da Previdência Social relativos à Contribuição Patronal.
Florianópolis, 30 de maio de 2007

Hildo Tramontim - Diretor do Departamento Financeiro

Vanio Cardoso Darella - Coordenador do Sistema de Controle Interno

César Luiz Belloni Faria - Procurador de Finanças

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dez horas e dez minutos do dia dezesseis do mês de maio do ano de dois mil e sete, sob a Presidência da Senhora Deputada Ada Faraco De Luca, amparado no § 1º do Art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, na Sala De Reuniões número dois. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados membros: Elizeu Mattos, Genésio Goulart, Kennedy Nunes, Serafim Venzon e Deputada Odete de Jesus. Na seqüência, a Senhora Presidente colocou em discussão e votação da Ata da terceira reunião ordinária do dia onze de março do mês de março do corrente ano, cuja cujas cópias foram entregues anteriormente aos Senhores Deputados Membros da Comissão. Sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo a Senhora Presidente, colocou em discussão a Ata da Audiência Pública, que teve como tema a Redução da Maioridade Penal e as Políticas Públicas para a Juventude, que foram entregues pessoalmente a cada Deputado presente à Reunião. Encerrada a discussão, colocada em votação. Aprovada por unanimidade. Continuando os trabalhos, a Presidente passou a deliberação do Requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que solicita uma Audiência Pública, neste Poder, para promover o debate sobre as terras indígenas e a situação dos pequenos agricultores que atualmente ocupam estas terras, com data a ser definida pela Presidente desta Comissão em conjunto com a Comissão da Agricultura e da Segurança Pública, encerrada a discussão. Colocada em votação. Aprovada por unanimidade, e com data a ser marcada posteriormente. Na seqüência, a senhora Presidente, Deputada Ada Faraco De Luca, colocou em discussão e votação a realização de uma Audiência Pública com as Empresas de Telefonia Móvel e Fixa para discussão de problemas inerentes aos serviços prestados, solicitada pelo Senhor Deputado Elizeu Mattos. Colocada em discussão. E em votação, aprovada por unanimidade, a realização da Audiência Pública para o dia 28/06, no Plenarinho Paulo Stuart. Wright, conjunta com a Comissão de Legislação Participativa, solicitada pela Deputada Odete de Jesus. Dando continuidade aos trabalhos, a Senhora Presidente, Deputada Ada De Luca, colocou em discussão o requerimento da Deputada Odete de Jesus, que solicita uma Audiência Pública para discutir Os projetos de lei em tramitação e que discutem a sua descriminalização, a legalização da prática do aborto, o aborto como sendo uma questão de saúde pública e demais temas. Encerrada a discussão. Aprovada por unanimidade, a realização desta audiência Pública para o dia 25 de junho do corrente ano. Ato contínuo, a senhora Presidente passou a ler o Ofício 573v/2007-P, enviado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, que convidam para a Videoconferência, onde serão debatidos os temas do "Encontro Nacional de Comunicação - Na luta por Democracia e Direitos Humanos", que será realizado no dia seis de junho de dois mil e sete. Colocado em discussão. Encerrada a discussão. Aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a senhora Presidente, passou a discussão do ofício fórum ETI-03/2007, do dia quinze de maio de dois mil e sete, de autoria do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina, em que solicitam Audiência Pública, para o dia treze de junho deste ano, às dez horas, tendo como tema "A Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina", a ser promovido por esta Comissão. Encerrada a discussão. Aprovada por unanimidade a realização desta Audiência Pública. A senhora Presidente, passou a ler os convites, para o "Ato Comemorativo ao dia Nacional e Estadual de Incentivo à Adoção, que será realizado no dia vinte e cinco de maio do corrente ano, a partir das quatorze horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e para a "Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida- Formação de Alianças Intersetoriais em prol do Combate ao Trabalho Infantil, no dia vinte e quatro de maio em Palhoça, e no dia vinte e cinco em Biguaçu. Solicitou que os Senhores membros da Comissão se fizessem presentes. Continuando os trabalhos a Senhora Presidente, Deputada Ada Faraco De Luca, colocou em discussão o Projeto de Lei PL.0102.6/2007, que "Dispõe sobre a fixação de cartazes de veículos de transportes coletivos, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos, dos nomes e fotos de crianças desaparecidas, cujo relator é o senhor Deputado Elizeu Mattos. Encerrada a discussão. Colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a Senhora

Presidente, colocou em discussão o Projeto de Lei PL.0048.2/2007, que "Encaminha o Relatório de atividades da Comunidade Evangélica de Joinville, referente ao exercício de dois mil e seis, cujo relator é a Senhora Deputada Odete de Jesus. Encerrada a discussão, colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a senhora Presidente, deputada Ada De Luca, agradeceu a presença dos senhores Deputados Membros, dos funcionários da Alesc e da Imprensa em geral e encerrou a presente reunião, a qual eu, Itamar Pires Pacheco, Chefe de Secretaria de Comissão, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente.

Deputada ADA DE LUCA
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 14 de junho de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 015/2007, destinado à **contratação de empresa do ramo de reformas e realização de pequenas obras, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra especializada, para execução de serviços de reambientação nas dependências internas do Palácio Barriga-Verde**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues no Setor de protocolo da Coordenadoria de Licitações até às 10:h00 do dia 14 de junho de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 30 de maio de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 042/2007

REFERENTE: CONTRATO CL Nº 029/2007-00, celebrando em 29/05/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: DANIEL SILVEIRA DO NASCIMENTO - ME

OBJETO: Aquisição de imóveis diversos, marca Moveplan, com instalação e montagem no local.

VALOR GLOBAL: R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).

REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irrevogáveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93 e com base no limite do IGPM/FGV, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.

AÇÃO/ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta das Ações 8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - ALESC) e 8784 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática), e do item orçamentário 4490.52.42 (Mobiliário em Geral) do Orçamento da ALESC.

PRAZO: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de assinatura do Contrato até o recebimento definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia dos mesmos, ou seja, de 2 (dois) anos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 013/2007; Autorização para Processos Licitatórios n.ºs 0281/2007 e 0518/2007 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 29 de maio de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
Daniel Silveira do Nascimento - Contratada

*** X X X ***

OFÍCIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Coordenação de Auditoria Interna
OF. TC/Auditoria Interna - 18/2007 Florianópolis, 29 de maio de 2007.

Exmo. Sr.
 Deputado JÚLIO GARCIA
 DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC
 NESTA

Senhor Presidente,
 Estamos encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao 1º Quadrimestre de 2007, juntamente com o disquete, para ser publicado no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, renovamos a V.Excia. protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
 Otávio José Bolsoni
 Coordenador de Auditoria Interna
 *** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I R\$

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Despesa Bruta com Pessoal (I)		
Pessoal Ativo	59.911.598,42	
Pessoal Inativo e Pensionistas	38.409.435,34	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)	21.502.163,08	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.396.020,84	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	3.904.631,61	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ¹	7.491.389,23	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)		
Contribuições Patronais ²	3.046.109,57	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)		
	51.561.687,15	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		
	7.575.675.884,68	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V * 100)		
	0,68	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,80%		
	60.605.407,08	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,76%		
	57.575.136,72	

FONTE: AI, DAF e SEF

FONTE: AI, DAF e SEF.

¹ Valores referentes aos somatórios da Contribuição Previdenciária e Obrigações Patronais dos servidores ativos e inativos;

² Valores referentes à movimentação financeira concedida ao Regime Próprio da Previdência Social relativos à Contribuição Patronal.

Florianópolis, 28 de Maio de 2007.

José Carlos Pacheco
Conselheiro Presidente do Tribunal
de Contas do Estado de Santa Catarina.

Wilson Dotta

Diretor Geral de Planejamento e Administração

José Roberto Queiroz

Diretor de Administração e Finanças

Otávio José Bolsoni

Coordenador do Controle Interno

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2007

Aprova a indicação de nome para Conselheiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina.

MAIO/2006 a ABRIL/2007
1º QUADRIMESTRE DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 1º Quadrimestre de 2007, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, conta com um corpo deliberativo de 07 (sete) Conselheiros, 03 (três) Auditores e um quadro funcional de 490 (quatrocentos e noventa) servidores técnicos e administrativos.

O Tribunal de Contas, para o exercício das competências definidas nos artigos 58 e 59 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, conta com um corpo deliberativo de 07 (sete) Conselheiros, 03 (três) Auditores e um quadro funcional de 490 (quatrocentos e noventa) servidores técnicos e administrativos.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas "[...] qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária". (artigo 58, parágrafo único da Constituição Estadual).

As despesas do Tribunal de Contas estão demonstradas nas tabelas abaixo:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO TCE/SC EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - Maio/2006 a Abril/2007

Art. 1º Fica aprovado a indicação do Senhor Waldir Sovernigo, para exercer o cargo de Conselheiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, na forma do disposto no art. 40, inciso XXIII, alínea "b", da Constituição do Estado, e art. 315 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de maio de 2007

Deputado Manoel Mota
 Presidente da Comissão Especial

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 176/07

Proíbe a cobrança prévia de taxa para cadastramento de Currículum Vitae em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica Proibida a cobrança de prévia de taxa para cadastramento de curriculum vitae em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo único - A cada reincidência no descumprimento desta lei, a agência de empregos transgressora será punida com a multa de que trata o caput deste artigo devidamente dobrada.

Art. 3º - As agências de emprego, objeto desta lei, terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem à presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Narciso Parisotto
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 30/05/07

JUSTIFICATIVA

Para o trabalhador, estar desempregado, principalmente num País como o Brasil, onde os mecanismos de proteção ao desempregado são insuficientes, significa, de um lado, lidar com todas as restrições decorrentes da falta de renda para prover o seu sustento e o de sua família. De outro lado, fator tão importante quanto à falta de renda, o desemprego prolongado gera sérias consequências, tais como a desestruturação do núcleo familiar, o rompimento do círculo de relações sociais, a redução da auto-estima e a crescente dificuldade de obter nova colocação no mercado formal de trabalho, devido à velocidade com que se transformam os processos produtivos e, com eles, os requisitos exigidos na formação profissional.

Outro fator negativo é a discriminação contra aquele trabalhador que está acima dos 35 ou 40 anos, considerando "velho" para ser aproveitado. Trata-se aí de um contra senso, pois nessa idade, o trabalhador naturalmente tem maior experiência profissional e de vida, podendo contribuir muito mais para o desenvolvimento do País. É importante destacar que, conforme Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, para cada posto formal de trabalho aberto, surgem outros 10 no universo da informalidade.

Considerando o acima exposto, a criação da presente Lei tem a finalidade de eliminar um relevante e, muitas vezes, decisivo obstáculo encontrado por aquele cidadão que recorre a agências de emprego, tanto tradicionais quanto virtuais, com o objetivo de cadastrarem seus currículos profissionais, ou seja, a cobrança de taxa para cadastramento de suas pretensões junto ao mercado de trabalho.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 177/2007

Declara de utilidade pública o JEEP CLUBE ITAJAÍ com sede no Município de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o JEEP CLUBE ITAJAÍ com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jandir Bellini

Lido no Expediente
Sessão de 30/05/07

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de Entidade de caráter social, recreativo, esportivo e cultural, sem fins lucrativos, atuando desde 1996, tendo suas ações voltadas principalmente à prática de atividades solidárias e de utilidade pública no município.

O JEEP CLUBE ITAJAÍ, participa também de eventos em conjunto com outras entidades sociais como a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Itajaí, em atividades cívicas como desfile no Dia Independência e nas festas natalinas com a arrecadação e distribuição de brinquedos a crianças carentes da cidade de Itajaí e da região.

Neste sentido, proponho aos Senhores Deputados, a aprovação da presente Declaração de Utilidade Pública por entender ser medida justa para com a Entidade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 179/2007

Altera dispositivo da Lei nº 12.456, de 10 de dezembro de 2002, que autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 12.456, de 10 de dezembro de 2002, nos seguintes termos:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Mantenedora do Apoio - AMA, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito da sala nº 909, no Edifício Alpha Centauri, em Florianópolis, matriculado sob o nº 8.926 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis e cadastrado sob o nº 02312 na Secretaria de Estado da Administração".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Onofre Santo Agostini

Lido no Expediente
Sessão de 30/05/07

JUSTIFICATIVA

A Associação Mantenedora do Apoio - AMA, é uma entidade filantrópica e humanitária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.209.765/0001-99, declarada de Utilidade Pública Municipal e Estadual, mantenedora do Posto CVV de Florianópolis,

Desde 1991 o Governo do Estado tem cedido a sala nº 909, no Edifício Alpha Centauri, à Associação Mantenedora do Apoio - AMA, para realizar cursos e treinamentos de voluntários aos interessados no trabalho humanitário de valorização da vida e prevenção do suicídio, por meio de apoio emocional prestado às pessoas que necessitam falar de suas emoções e de seus sentimentos, pois é esta disponibilidade do CVV que previne o surgimento do desespero e da idéia suicida.

Essa atividade é vinculada ao Ministério da Saúde e se enquadra na área de saúde mental e o Posto CVV Florianópolis integra o Conselho Municipal de Saúde.

Atualmente a entidade conta com quarenta e nove voluntários, em atividade, que atendem 24 horas todos os dias, inclusive domingos e feriados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 180/2007

Dispõe sobre as concessionárias de serviço público de telefonia no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam as concessionárias de serviços públicos de telefonia obrigadas a fornecer gratuitamente ao consumidor:

I - a lista detalhada de todas as ligações locais realizadas pelo usuário, com o tempo de duração e valor da chamada;

II - texto explicativo sobre o funcionamento dos planos básico e alternativo dos serviços de tarifação em minutos;

III - tabela comparativa de cobrança entre os planos básico e alternativo de tarifação em minutos; e

IV - tabela comparativa de cobrança entre os dois planos de tarifação em minutos e em pulsos.

Parágrafo único. O estabelecido nos incisos I e IV do art. 1º, deverá constar da conta telefônica emitida mensalmente.

Art. 2º As despesas para aplicação desta Lei correrão por conta das concessionárias de serviço público de telefonia.

Art. 3º O não-cumprimento desta Lei implicará nas sanções administrativas previstas na Lei de nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 30/05/07

JUSTIFICATIVA

Com a mudança dos planos de tarifação de pulsos para minutos é natural que existam dúvidas entre os consumidores para a escolha do plano a adotar.

Portanto, essa transição deve dar-se do modo mais transparente possível para o usuário, para que este não sofra com aumentos exorbitantes em sua conta telefônica.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 181/2007

Institui a Política Estadual de Tratamento Especial Simplificado para o Microprodutor Rural do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Tratamento Especial Simplificado para o Microprodutor Rural do Estado de Santa Catarina, formulada e executada como parte da política de desenvolvimento socio-econômico, auxiliando na melhoria da qualidade de vida e na maior fixação do homem no campo.

Art. 2º Considera-se microprodutor rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou grupo familiar, devidamente inscrito no Cadastro de Produtor Primário, que produza e comercialize a sua produção em pequena escala, em estado natural, semi-beneficiado ou agro industrializado, para destinatários situados neste Estado, e desde que:

I - a sua receita mensal não ultrapasse o limite de R\$ 3.000,00;

II - não possua, a qualquer título, ou seja, proprietário, de área superior a 50 hectares;

III - explore a terra na condição de proprietário, assentado, comodatário, posseiro, arrendatário, parceiro ou condômino;

IV - utilize unicamente o trabalho familiar; e

V - ao realizar processos de beneficiamento dos produtos, utilize preponderantemente matéria-prima proveniente de sua exploração agrícola, animal, extrativa vegetal ou mineral.

§ 1º - Para fins deste artigo, considera-se beneficiamento:

I - a manipulação ou simples conservação de produtos em estado natural; e

II - a elaboração de produtos artesanais de origem animal, vegetal ou mineral, desde que autorizado por órgão de inspeção ou vigilância sanitária competente, quando houver norma disciplinando o cumprimento desta exigência.

§ 2º - A existência de mais de uma propriedade não descaracteriza a condição de microprodutor, desde que a soma da área de todos os imóveis rurais do produtor não exceda os limites fixados no inciso II.

Art. 3º Aos microprodutores rurais que se enquadram nesta Lei poderá, respeitadas as formalidades legais para tanto, ser concedido benefício tributário em relação às saídas de mercadorias de produção própria destinadas a consumidores e a usuários finais, localizados neste Estado, bem como ser assegurado o direito de transferência, em parcela única, do imposto acumulado em decorrência das aquisições de bens, com crédito fiscal, observados os requisitos e procedimentos previstos em Regulamento.

Art. 4º Para fins de apuração do valor da receita prevista no inciso I, do art. 2º, será considerada a soma correspondente a todas as operações de comercialização, destinadas à consumidor ou usuário final, localizados neste Estado, realizadas no mês de apuração.

Parágrafo único - Não serão computados na apuração da receita mensal as saídas de mercadorias com destino a consumidor ou a usuário final das operações beneficiadas com diferimento, suspensão ou isenção de imposto.

Art. 5º É permitido ao microprodutor rural que atender os requisitos previstos no art. 2º, incisos II a IV, proceder a transferência de créditos acumulados em decorrência da aquisição de bens, integralmente, sem observância do disposto no artigo 22, § 1º, da Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

§ 1º - O crédito transferível, a que se refere o "caput" não poderá ultrapassar o limite R\$ 5.000,00 a cada ano.

§ 2º - No caso de aquisição de bens em conjunto com outros agricultores, inclusive através de associações, consórcio de produtores ou condomínio, para a observância do requisito previsto no art. 2º, inciso II, será tomada por base a soma da área de todos os imóveis rurais, dividida pelo número de propriedades.

§ 3º - Na hipótese de alienação de bem, de que resultou transferência de crédito, antes de decorrido o prazo de quarenta e oito meses, contado da data da sua aquisição, fica o microprodutor rural obrigado a efetuar o recolhimento do imposto, até o dia 20 do mês seguinte ao da alienação, relativo aos meses faltantes para completar o restante do quadriênio.

§ 4º - Para a autorização do crédito transferível, serão observadas as normas previstas na Legislação estadual que disciplinam os procedimentos relativos à transferência de créditos.

Art. 6º Para usufruir os benefícios desta Lei os microprodutores rurais deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - emitir documentos fiscais;

II - prestar contas das Notas Fiscais de Produtor emitidas e das respectivas contra-notas, no prazo legal; e

III - guardar, em ordem cronológica, por 5 (cinco) anos, as notas fiscais emitidas pelo microprodutor e as notas fiscais de aquisição de mercadorias, bens e insumos.

Art. 7º O microprodutor rural que usufruir os benefícios previstos nesta Lei, sem observância dos requisitos legais, fica sujeito:

I - a perda dos benefícios tributários, com os acréscimos legais e multa;

e

II - ao pagamento do tributo indevidamente transferido, com os acréscimos legais e multa.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar anualmente os valores fixados no inciso I, do art. 2º e do §1º do art. 5º, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços - IGPM, ou outro índice que o substituir.

Art. 9º Aplicam-se as demais normas da legislação tributária em vigor, no que não forem conflitantes com as disposições desta Lei.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias da data da sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça
Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 30/05/07

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração dos ilustres Pares desta Casa proposta de Lei que visa instituir a Política Estadual de Tratamento Especial Simplificado para o Microprodutor Rural do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Estado de Santa Catarina, como decorrência de sua geografia e das características de seu povo, apresenta uma das melhores distribuições de renda do País, com a prevalência de micro e pequenas empresas nas cidades e de pequenas propriedades rurais no campo. Ambos os segmentos, são responsáveis por significativa parcela da riqueza produzida e empregos gerados no Estado. Entretanto, enquanto para os primeiros, o Estado vem paulatinamente, e de forma justa, concedendo benefícios fiscais, com o propósito de incentivar o desenvolvimento sócio-econômico. Destarte, a agricultura familiar se ressentia ainda de medidas fiscais mais concretas, que possam auxiliar na melhoria da qualidade de vida e, por conseguinte, no estímulo à fixação do homem no meio rural.

Em ilustração, dessa dissonância, resulta uma tributação de ICMS diferenciada quando comparadas as vendas realizadas pelas microempresas com as do microprodutor rural. Assim, se uma microempresa, com faturamento mensal de até R\$ 5.000,00, fica sujeita ao pagamento de no máximo R\$ 25,00 de imposto, o pequeno agricultor, praticando as mesmas operações, se tributadas, deve recolher 7% (R\$ 350,00), 12% (R\$ 600,00) ou 17% (R\$ 850,00), conforme o caso.

Se no Direito Tributário, o princípio da isonomia, corolário do princípio da igualdade, visa tratar igualmente os contribuintes, respeitadas as desigualdades, é prudente idêntico tratamento a ser dado para os microprodutores rurais. É certo que se um microprodutor rural constituir uma microempresa também ficará albergado pelo benefício, porém com um custo e burocracia muito superiores.

A alternativa que se propõe é a concessão de benefício para os pequenos agricultores que produzem e comercializam produtos, em estado natural ou agro industrializados, em pequena quantidade para consumidores ou usuários finais, em valor mensal não superior a R\$ 3.000,00.

Com essa medida, o Estado oportuniza aos pequenos agricultores a possibilidade de iniciarem pequenos negócios agrícolas, através da agregação de valor aos produtos por eles produzidos. É uma forma de gerar novas alternativas de ganho, partindo da realidade do agricultor, para futuramente converterem-se em empresas melhor estruturadas e com maior potencial de produção, viabilizando-se a sua permanência no meio rural.

No que concerne à sugestão de autorização para transferência tributária acumulada em virtude da aquisição de bens, em cota única, a medida visa também simplificar os procedimentos para os pequenos agricultores e possibilitar a utilização imediata destes créditos. Esta sistemática, de caráter eminentemente extra fiscal, atende tanto os interesses do fisco como os do agricultor, porque, de um lado, reduz os procedimentos exigidos para a liberação dos créditos acumulados, visto que, ao invés de serem realizadas diversas transferências ao longo do tempo, ocorre uma única autorização e, por outro, facilita o uso dos créditos pelo agricultor, propiciando-lhe recursos para a aquisição de outros bens ou insumos.

A adoção de medidas diversas da estatuída na Lei Complementar 87/96, quanto ao direito de apropriação, em 48 meses, dos créditos decorrentes de aquisições de bens, já foi objeto de lei ordinária estadual. A flexibilização da regra ocorreu, por exemplo, dentre outros casos, na instituição do Programa de Modernização e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social de Santa Catarina - COMPEX, que autoriza a apropriação do crédito relativo ao ativo imobilizado, não mais em 48 parcelas mensais, mas em dez, conforme disciplina o Regulamento do ICMS, Anexo 6, artigo 223, inciso V. A redução do prazo para utilização do crédito, neste caso, teve por escopo incentivar o desenvolvimento econômico de setores em que era necessária a intervenção do Estado, através de medidas extra fiscais.

Denota-se que a Lei Complementar é norma que proíbe o contribuinte de apropriar-se em valor superior a 1/48, o crédito relativo à aquisição de bens que integrarão o ativo imobilizado da empresa, porém, com vistas a atingir finalidades extra fiscais, pode o Estado através de lei ordinária alterar a forma de seu aproveitamento, sempre que sobressaia interesse público relevante.

Neste caso, o interesse público decorre da necessidade de se implementarem normas que auxiliem a fixação do pequeno agricultor no campo e minimizem o acentuado grau de dificuldade de permanência dos mesmos no meio rural.

Não há dúvida quanto a importância econômico-social do setor primário do Estado, tanto pela geração de empregos diretos e indiretos, como pelo efeito multiplicador de renda aos municípios do interior. Por isso, é primordial a adoção de mecanismos que estimulem os investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais, contribuindo para o desencadeamento de processos de desenvolvimento local e regional, especialmente voltados à propriedade agrícola familiar.

Assim, postulamos a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 182/2007

Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual.

Art. 1º As entidades de promoção educacional, científica, cultural, artística, esportiva, social ou filantrópica que sirvam ao interesse da coletividade, com fins não-econômicos, poderão ser declaradas de utilidade pública estadual por iniciativa de qualquer membro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. As entidades deverão prestar serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, concorrentes com aqueles prestados pelo Estado.

Art. 2º A declaração de utilidade pública observará os seguintes requisitos:

I - que a entidade seja constituída no Estado de Santa Catarina;

II - que seja inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - que comprove seu efetivo e contínuo funcionamento nos 12

a)(doze) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido, mediante declaração emitida por um dos seguintes agentes públicos do local de seu funcionamento: autoridade do Poder Executivo Municipal;

b) membro do Poder Legislativo Municipal;

c) autoridade judiciária;

d) membro do Ministério Público; ou

e) Delegado de Polícia.

IV - que apresente seu Estatuto com as alterações, se existentes;

V - que apresente ata da eleição e posse da Diretoria em exercício;

VI - que não sejam remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribua lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

VII - que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatório circunstanciado dos 12 (doze) meses anteriores à formulação do pedido, tenha promovido atividades educacionais, científicas, culturais, artísticas, esportivas, sociais ou filantrópicas de caráter geral e indiscriminado, em prol da comunidade; e

VIII - que já tenha sido, comprovadamente, reconhecida de Utilidade Pública Municipal;

Parágrafo único. Os documentos referidos neste artigo deverão ser originais ou cópias autenticadas.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º, desta Lei, sob pena de revogação da declaração, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública; e

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Art. 5º Revoga-se a Lei nº 10.436, de 1º de julho de 1997.

Sala das Sessões, em maio de 2007.

Deputado João Henrique Blasi

Lido no Expediente

Sessão de 30/05/07

JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de lei pertinente ao reconhecimento de utilidade pública estadual para as entidades de promoção educacional, científica, cultural, artística, esportiva, social ou filantrópica que sirvam ao interesse da coletividade, com fins não-econômicos. No tocante à matéria, encontra-se em vigor a Lei Estadual nº 10.436, de 1º de julho de 1997, que sofreu diversas alterações por normas posteriores.

Esta proposição, no entanto, justifica-se em razão de o atual texto legal mostrar-se com exigências sobremaneira burocráticas e geradoras de diversas dificuldades para as entidades beneficentes manterem o *status* de utilidade pública. Saliente-se que não se pretende suprimir o controle deste Poder sobre as entidades, pois isso significaria notório prejuízo ao interesse público. Pelo contrário, deseja-se apenas facilitar a fiscalização, desburocratizando-a, e, sobretudo, permitindo que as entidades não encontrem maiores dificuldades no envio anual dos documentos destinados à comprovação das condições para por lei exigidas.

Nesse sentido, conforme se verifica no *caput* do art. 3º Lei Estadual nº 10.436/97, a documentação solicitada destina-se ao "devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º". Pretende-se, portanto, verificar se a entidade permanece prestando serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, concorrentes com aqueles prestados pelo Estado e, para essa finalidade, o relatório anual exigido pelo art. 3º, I, deste projeto de lei, mostra-se hábil.

Atualmente a Lei determina a apresentação da declaração, registrada em cartório, quanto às alterações estatutárias, e que confirme a inexistência de remuneração ou distribuição de lucros à diretoria. Trata-se de expediente burocrático inaceitável, mas, para garantir segurança na análise realizada por esta Casa quanto aos documentos, entende-se ser oportuno solicitar cópia das alterações estatutárias, que subsidiarão a avaliação de que a entidade realmente permanece estatutariamente atrelada aos requisitos exigidos para ser declarada de utilidade pública.

Além disso, o projeto passa a requerer a apresentação de declaração de que a entidade "permanece cumprindo os requisitos estabelecidos para a concessão da declaração de utilidade pública". Esse documento possui efeitos mais amplos porque, além de incluir a declaração de ausência de remuneração da diretoria, que é um dos requisitos para a declaração de utilidade pública, corrobora a observância dos demais aspectos inicialmente estabelecidos.

Também são apresentadas outras pequenas alterações em relação ao texto legal vigente, que se justificam por reduzirem a burocracia e oferecerem agilidade às entidades, sem prejudicar o interesse público e o controle exercido por este Poder.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 012/07

Altera dispositivo da Lei nº 5.455, de 1978, que dispõe sobre o Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal do Sistema Prisional.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978, renumerando-se o parágrafo único como § 1º, fica acrescido de § 2º, com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º

§ 2º Poderá o Fundo Rotativo destinar até 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos financeiros para manutenção e custeio do estabelecimento a que pertença." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0113.9/2007

A Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0113.9/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Centro de Educação André Luiz - CEA, com sede no Município de Lages.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação André Luiz - CEA, com sede e foro no Município e Comarca de Lages."

Sala da Comssão, em

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 29/05/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 113/07

Declara de utilidade pública o Centro de Educação André Luiz - CEA, com sede no Município de Lages.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação André Luiz - CEA, com sede e foro no Município e Comarca de Lages.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0006.2/2007

Modifica a redação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 006.2/2007:

Art. 1º O art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 006.2/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O parágrafo único do art. 94 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:"

"Art. 94.(...)

Parágrafo único. O período passado pelo policial-militar, a qualquer tempo, no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar de que trata o presente artigo, será contado, em todos os casos, como tempo de arrematamento.

Sala das Comissões, de abril de 2007

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 29/05/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 29/05/07

JUSTIFICATIVA

Trata-se da manutenção "a qualquer tempo" constante do projeto originalmente recebido do Poder Executivo, objetivando não restringir a arrematamento e propiciar maior amplitude a esse instituto utilizado na Corporação policial militar.

Florianópolis, de abril de 2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 006/2007

Altera a Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 94 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94.....

Parágrafo único. O período passado pelo policial-militar, a qualquer tempo, no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar de que trata o presente artigo, será contado, em todos os casos, como tempo de arrematamento." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***